

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ICMBio



PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA



BOLETIM

NUMERO

29



Paulo Campos Porto e a Criação do Parque Nacional de Itatiaia: Ciência e Proteção do Patrimônio Natural Brasileiro

Ingrid Fonseca Casazza

81 Anos do PNI

(14/06/1937 - 14/06/2018)

EDITORIAL

Cheguei ao Parque Nacional do Itatiaia em 14 de fevereiro de 2000 para cumprir uma missão que já dura 18 anos.

Ao entrar no Gabinete da Chefia do PNI, encontrei em um canto uma foto desbotada e boletins de pesquisas encardidos e empoeirados.

A foto era da inauguração do Parque Nacional do Itatiaia (24 de junho de 1937. A criação do PNI foi em 14 de junho de 1937), onde aparece Paulo Campos Porto ao lado de Getúlio Vargas e do Ministro da Agricultura Odilon Braga.

Ali estava o desafio do gestor e leitor, primeiro restaurar a foto histórica e os boletins, assim como digitalizar e reiniciar sua edição.

Neste ano de 2018, o boletim chega ao nº29 e pela oportunidade dada ao PNI a Historiadora Ingrid Fonseca Casazza publica o citado boletim que é um resultado da sua tese de doutorado “PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL BRASILEIRO: CIÊNCIA, POLÍTICA E CONSERVACIONISMO NA TRAJETÓRIA DO BOTÂNICO PAULO CAMPOS PORTO (1914-1961)”. Casa de Oswaldo Cruz –FIOCRUZ. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde.

Neste trabalho a Historiadora Ingrid mostra que o Parque Nacional do Itatiaia se confunde com história do país, seja, por ter sido o primeiro Parna criado no país (14 de junho de 1937), assim como suas pesquisas, localização geográfica e garantia de recuperação de um sistema ambiental que tinha sido detonado e ressurgiu com uma flora, fauna e belezas naturais pujantes e deslumbrantes na Região das Agulhas Negras.

Em relatos, notas, trabalhos aparecem diversos nomes indutores da criação desta Unidade de Conservação, porém, sempre existe um porém, o decreto de criação foi de Getúlio Vargas e o mentor, indutor e articulador do PNI foi Paulo Campos Porto.

Paulo Campos Porto (1889-1968) neto de João Barbosa Rodrigues (1842-1909) herdou do avô, um dos destaques da botânica brasileira, sua competência e dedicação ao trabalho.

Paulo Campos Porto e o Itatiaia se encontraram em 1908, quando Porto com 19 anos trabalhou como diarista na Comissão de Descriminação de Terras em Itatiaia e Rio Preto e entrou oficialmente para o quadro de funcionários do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1914.

Em 1915 foi criado o periódico científico “Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro”. No primeiro volume do periódico foi publicado o artigo de Paulo Porto, “Contribuição para o conhecimento da flora orquídea da Serra de Itatiaia”.

Porto vaticinava a proteção do Itatiaia:

“O trecho que vai de Monte Serrat até a Macieira do Meio, alt.1900 ainda está coberto de florestas virgens. Naturalmente essa região, pelo alto coeficiente de umidade, é o habitat mais favorável das orquídeas. Seria um ato meritório de o Governo resguardar essas matas do machado do colono que as ameaça continuamente. ”

Em 1920, Campos Porto publicou o “Cambuci”, “pequena comunicação”, segundo o próprio autor, sobre a árvore frutífera que lhe dá título, *Paivea langsdorffii* Berg. O “Cambuci” foi premiado com a medalha de ouro na Exposição do Centenário de 1922.

A revolução de 1930 trouxe ao poder Getúlio Vargas e Paulo Campos Porto um técnico político competente se aproximou de Vargas. Em 1933 foi criado o Instituto de Biologia Vegetal (IBV) e Porto que fundou a Estação Biológica de Itatiaia, em 1929, no governo Washington Luiz e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro que foi criado em 13 de junho de 1808 por Dom João VI foram incorporados ao novo Instituto e Porto nomeado diretor do IBV passa a ser o gestor do JBRJ e da Estação de Itatiaia.

Neste ano de 1933, Porto publicou um artigo com João Geraldo Kuhlman, descrevendo duas espécies novas encontradas na Serra do Itatiaia: *Ormosia getuliana* e *Anemone assisbrasiliana*. Os autores dedicaram estas espécies, respectivamente, “ao Chefe do Governo Provisório que enriqueceu o patrimônio da Estação Biológica do Itatiaia anexando à mesma vários lotes de terra indispensáveis ao desenvolvimento dos seus serviços” e ao Dr. Assis Brasil que, quando Ministro da Agricultura, estimulou os trabalhos do Jardim Botânico proporcionando meios para enriquecer as coleções de plantas vivas”.

No ano de 1914, Paulo Campos Porto apresentou ao deputado Homero Baptista, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, o relato dos seus estudos em Itatiaia e um projeto para anexação de terras daquela localidade ao JBRJ. Pouco depois o governo federal incorporou ao patrimônio desta instituição 11.943 hectares de terras que não haviam sido vendidos do total dos 48.000 hectares de que foram loteados para implantação dos núcleos coloniais. Esta área foi denominada Reserva Florestal do Itatiaia que seria posteriormente alterada, após uma série de melhorias e ampliação dos objetivos institucionais, para Estação Biológica do Itatiaia.

Este trabalho da Historiadora Ingrid nos insere em conhecimentos do Itatiaia, como a construção do Abrigo Macieiras em 1927.

Nos primeiros meses de 1937, Paulo Campos Porto submeteu ao Conselho Florestal Federal um estudo que lhe foi solicitado pelo Ministro da Agricultura Odilon Braga para localizar o primeiro parque nacional na região do Itatiaia. Após exame, o CFF aprovou por unanimidade o plano executado pelos técnicos do Ministério da Agricultura, sob a chefia de Paulo Campos Porto para a localização na região de Itatiaia do primeiro parque nacional brasileiro destinado à flora nacional.

Paulo Campos Porto foi um dos brasileiros mais importantes da sua época, conseguiu ser técnico, estrategista, gestor, empreendedor, político e tudo isso em prol do Brasil.

Porto identificou e descreveu várias espécies de orquídeas, foi diretor do JBRJ por duas vezes (1933/1938 e 1951/1958), também do Instituto de Biologia Vegetal (IBV), propôs e presidiu o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB) e foi Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, onde se envolveu na criação do Parque de Monte Pascoal. Campos Porto participou do Conselho Florestal Federal (CFF) e da Comissão Organizadora do Parque Nacional de Itatiaia (PNI). Teve uma participação importante na constituição da Reserva Florestal de Itatiaia, no estabelecimento da Estação Biológica de Itatiaia e na consequente determinação desta localidade para ser o primeiro parque nacional do Brasil.

Enfim, PAULO CAMPOS PORTO, foi um excelente gestor e para tanto audacioso e em 1954 declarou:

“(…) Consegui, Deus sabe à custa de quantas penas, fundar a Estação Biológica de Itatiaia, em 1929, no governo Washington Luiz. Fundei-a fora da lei e quase contra ela. Fundei-a praticamente sem recurso ou amparo oficiais, o que me forçou a apelar para amigos a fim de que não interrompessem por falta de recurso, os trabalhos de caracterização zoológica e florística da região”.

Ao pinçar essas notas do excelente trabalho da Historiadora Ingrid Fonseca Casazza sobre Paulo Campos Porto indico aos que se interessam pelo nosso Parque Nacional do Itatiaia ler este Boletim do PNI nº29, uma aula de história do Brasil.

Ingrid Fonseca Casazza:

-Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF.

-Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde-Fundação Oswaldo Cruz.

-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde-Fundação Oswaldo Cruz.

-Atualmente Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ-bolsista Capes/PNPD*

EM, 11 de junho de 2018.

LÉO NASCIMENTO.

ANALISTA AMBIENTAL DO PNI-ICMBio.

MÉDICO VETERINÁRIO-CRMV-RJ Nº1153.

COORDENADOR DE PESQUISA E EDITOR DO BOLETIM DE PESQUISA DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA.



Inauguração do PNI - 24 de junho de 1937.

Paulo Campos Porto ao lado de Getúlio Vargas

Paulo Campos Porto e a Criação do Parque Nacional de Itatiaia: Ciência e Proteção do Patrimônio Natural Brasileiro

Ingrid Fonseca Casazza (Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ- bolsista Capes/PNPD*)

Áreas protegidas podem ser historicamente compreendidas como parcelas do território nacional delimitadas para a conservação e/ou preservação da natureza pelo ou com o aval do Estado. Atualmente são definidas como espaços terrestres ou marinhos, demarcados territorialmente cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos naturais e/ou culturais, assim como a proteção da diversidade biológica¹. A criação dessas áreas pode ser uma estratégia de controle do território, pois estabelece limites e dinâmicas específicos de uso e ocupação. As condições e critérios de uso normalmente estão associados à valorização dos recursos ali existentes. A criação destas áreas resultou da ampliação da percepção social sobre a necessidade de regimes especiais de proteção dos recursos naturais. De modo geral, a

¹MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano VI, N.9 Janeiro de 2004, Salvador- BA.

elaboração de um instrumento de proteção reflete as expectativas sociais de grupos interessados e os arranjos políticos e institucionais que exercem pressão ou influência sobre o Estado². Prestes a completar 81 anos de existência, o Parque Nacional de Itatiaia (PNI), a primeira área protegida enquanto parque nacional no país, foi poucas vezes analisada como objeto de estudos históricos. Além disso, a importante participação do botânico Paulo Campos Porto, um dos protagonistas no processo de constituição do PNI, raramente recebe a devida atenção.

Paulo Campos Porto era neto de João Barbosa Rodrigues, o diretor de maior prestígio na história do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Nasceu em 9 de janeiro de 1889 e ocupou, em sua vida pública, uma série de cargos e funções voltados à produção do conhecimento acerca da flora nacional e à proteção da natureza brasileira. Em 1914, com o cargo de naturalista viajante, passou a fazer parte dos quadros do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, instituição da qual viria a ser diretor por duas vezes (1933/1938 e 1951/1958). Além de ter estado à frente deste estabelecimento científico, foi também diretor do Instituto de Biologia Vegetal (IBV), propôs e presidiu o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB) e foi Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, onde se envolveu na criação do Parque de Monte Pascoal. Participou ainda do Conselho Florestal Federal (CFF) e da Comissão Organizadora do Parque Nacional de Itatiaia (PNI). Teve uma participação importante na constituição da Reserva Florestal de Itatiaia, no estabelecimento da Estação Biológica de Itatiaia e na consequente determinação desta localidade para ser o primeiro parque nacional do Brasil.

A vida pública do botânico Paulo Campos Porto foi exemplar no que se refere à atuação de cientistas na criação e implantação da política voltada para a natureza do governo Vargas e no empenho pela defesa do mundo natural. No que se refere à existência de trabalhos sobre a trajetória do botânico Paulo Campos Porto, estes não são conhecidos no âmbito da História das Ciências. Posso apontar apenas algumas rápidas referências a esse naturalista em obras dedicadas à realização de panoramas acerca da história da botânica no Brasil como, por exemplo, o trabalho de Eliana Nogueira³. Além destes, ainda é possível

² Para mais informações sobre como o processo de criação e implementação de áreas protegidas surgiu e se desenvolveu no Brasil e no mundo, com os seus objetivos e principais justificativas, ver: FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da Conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015.

³ NOGUEIRA, Eliana. *Emergência, institucionalização e estado atual da botânica brasileira: as relações nacionais e internacionais*, Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), São Paulo, Unicamp, 1999.

mencionar uma sucinta biografia do botânico publicada em *Vultos da botânica no Brasil*⁴. O reduzido número de trabalhos sobre o JBRJ e seus pesquisadores é algo que já foi constatado⁵. Botânicos como Alberto Löefgren⁶, Geraldo Kuhlmann⁷, Paulo Campos Porto e Adolpho Ducke⁸, que tiveram suas trajetórias profissionais vinculadas à instituição, a despeito de sua

⁴ NOMURA, Hitoshi. *Vultos da Botânica Brasileira*. 1ª. Ed. Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque, 1992.

⁵ CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde)- Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

⁶ Johan Alberto Constantin Löefgren (1854-1918). Nascido em Estocolmo, Suécia, formado em filosofia e ciências naturais na Uppsala Universitet (Suécia). Chegou ao Brasil em 1874 integrando a expedição comandada pelo naturalista Anders Fredrik Regnell (1807-1884). Löfgren auxiliou Regnell na expedição dirigida pelo naturalista Hjalmar Monsén, realizada entre os anos de 1874 e 1877, e que explorou a botânica das regiões de São Paulo e de Minas Gerais. Löfgren permaneceu no Brasil após o término dos trabalhos da expedição. Trabalhou como engenheiro-arquiteto da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em torno de 1877 e 1880. Em 1880, realizou, como botânico, estudos sobre a flora algológica presente na região de São Paulo. Foi nomeado ajudante-botânico, em julho de 1886, pelo Presidente da Província de São Paulo, Antonio de Queiroz Telles. Sua missão era iniciar estudos sobre a flora e a fauna da província, principalmente o estudo da vegetação dos campos com referência especial às plantas forrageiras, têxteis e medicinais. Coordenou o serviço botânico e metereológico da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, chefiada pelo geólogo e naturalista norte-americano Orville Adelbert Derby . Löfgren incentivou a preservação das florestas de São Paulo e a formação de florestas artificiais, tendo inclusive, apresentado à Câmara dos Deputados uma proposta de regulamentação e de proteção das matas no Estado. Em 1901, apresentou ao Presidente do Estado de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, um documento a ser submetido à Câmara dos Deputados, que propunha a proteção e regulamentação da exploração das matas, incluindo a proposição de uma legislação florestal. Neste mesmo ano, foi indicado para chefiar uma comissão responsável pela elaboração do primeiro Código Florestal do país. Esta iniciativa não obteve resultado, mas suas ideias subsidiaram a elaboração do primeiro Código Florestal brasileiro, criado em 1934. Entre os anos de 1910 e 1913, chefiou a seção de botânica da Inspeção de Obras Contra as Secas, então sob a direção do engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa . Fora chamado para estudar as condições da flora e do solo da região nordeste do país flagelada pelas secas. O propósito era conseguir o seu aproveitamento agrícola e apurar as possibilidades de reflorestamento. Foi convidado em 1913, por John Christopher Willis, então diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para assumir a chefia da seção de botânica e de fisiologia vegetal daquela instituição. Foi efetivado neste cargo, através de concurso, em 2 de janeiro de 1918, ano em que veio a falecer. Nesta instituição foi o primeiro pesquisador a realizar trabalhos sobre a anatomia de madeiras, organizou o herbário e colaborou de forma expressiva com a publicação Arquivos do Jardim Botânico, em cujas páginas podemos encontrar alguns de seus artigos. Para mais informações sobre a trajetória de Löfgren consultar: CORREA FILHO, Virgílio. Alberto Löfgren. Revista Brasileira de Geografia, v.12, n.2, abril-junho de 1950, p.288-290 e Verbete Alberto Löfgren do Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), consultado em 11/06/2017 em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/lofgalb.htm>. Sobre sua atuação em atividades de conservação da natureza ver: DEAN, Warren. A ferro e fogo, op.cit., 1996, sobretudo capítulo 10 do livro, e SAMPAIO, Alberto José. Biogeografia Dinâmica. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

⁷ João Geraldo Kuhlmann (1882- 1958). Nasceu em Santa Catarina. Autodidata, sem formação acadêmica, começou a interessar-se pela botânica por volta de 1907, influenciado por seu cunhado Frederico Carlos Hoehne, na época jardineiro-chefe do Museu Nacional. Participou de viagens da Comissão Rondon e ingressou no JBRJ no ano de 1919. Foi diretor da instituição entre 1944 e 1951. Para mais informações sobre sua trajetória ver: CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, op.cit., 2011.

⁸ Adolpho Ducke (1876-1959)- Nasceu em Trieste, na Itália. Após a perda do pai, ainda jovem emigrou para o Brasil, tendo-se radicado em São Paulo por curto período de tempo. Ao retornar à Europa, iniciou-se no estudo de entomologia. Em 1899, Emílio Goeldi, diretor do Museu Paraense, em uma viagem à Europa, contratou diversos técnicos para completar o quadro de servidores do referido museu que encontrava-se em fase de remodelação. Dentre estes, estava Ducke. No Museu Paraense trabalhou com o botânico Jacques Huber. Ingressou no JBRJ em 1918. Ducke foi essencialmente um pesquisador de campo e figura como um dos maiores estudiosos da flora amazônica no período, região para a qual realizou muitas viagens científicas. Para mais

importância para a história da botânica no Brasil, têm merecido poucos estudos por parte da historiografia.

“Um homem de Vargas”

Quando resolvi estudar a trajetória do botânico Paulo Campos Porto em meu doutorado me dirigi à Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro para iniciar o trabalho de levantamento de fontes. Expliquei meu projeto numa conversa informal com funcionários da instituição na busca por mais elementos que direcionassem aqueles primeiros passos de minha pesquisa. Troquei algumas ideias, mencionei alguns pontos da trajetória do botânico sobre os quais tinha especial interesse e fiz algumas perguntas na esperança de obter pistas a partir de uma memória institucional. E de fato algumas ideias sobre Porto permaneciam vivas entre as pessoas com as quais conversei. Não fiquei surpresa, ainda não se passaram 50 anos de sua morte.

Contudo, as primeiras impressões foram frustrantes. Porém, com o desenvolvimento da pesquisa foram se mostrando reveladoras de questões fundamentais para a compreensão da trajetória do botânico, que naquela ocasião me fora apresentado como “um homem de Vargas”. Sobre Paulo Campos Porto haviam me dito que era “o político”. Isso numa comparação com seu colega Adolpho Ducke, com quem Porto tivera um conflito, e que me foi definido como “o botânico”. Naquela conversa nenhum destaque foi dado ao parentesco entre Paulo Campos Porto e João Barbosa Rodrigues. Não me lembro sequer se isso foi mencionado. No entanto, mesmo passados cinco anos, recordo a descrição de Porto como um diretor que teria sido apreciador de cerimônias e homenagens. Bem vivo em minha lembrança está o comentário, também emitido em outro local de pesquisa em conversa semelhante, de que “não havia muita coisa específica sobre o Paulo Campos Porto para pesquisa ali”. Nas duas ocasiões a fonte que foi apontada como sendo possivelmente a mais relevante para a minha pesquisa foi uma foto de Porto ao lado de Getúlio Vargas. Tal foto era da inauguração do Parque Nacional de Itatiaia.

A aproximação de Paulo Campos Porto com Vargas ficava clara nas visitas que o chefe do governo realizava à Estação Biológica e ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Contudo, todo o apoio que o JBRJ recebia do governo federal e, principalmente, do

Ministério da Agricultura, era devidamente retribuído através de agradecimentos tornados públicos e de homenagens prestadas. Em 1933 Porto publicou um artigo com João Geraldo Kuhlmann, descrevendo duas espécies novas encontradas na Serra do Itatiaia: *Ormosia getuliana* e *Anemone assisbrasiliana*. Os autores dedicaram estas espécies, respectivamente, “ao Chefe do Governo Provisório que enriqueceu o patrimônio da Estação Biológica do Itatiaia anexando à mesma vários lotes de terra indispensáveis ao desenvolvimento dos seus serviços” e “ao Dr. Assis Brasil que, quando Ministro da Agricultura, estimulou os trabalhos do Jardim Botânico proporcionando meios para enriquecer as coleções de plantas vivas”⁹.

Outra ocasião na qual Porto prestou homenagem a Vargas foi quando o convidou a plantar uma palmeira imperial no JBRJ. Em 1936 uma enchente provocou grandes estragos na instituição. O Ministro da Agricultura Odilon Braga¹⁰ chegou a se deslocar até o local para ver a extensão do estrago. O convite realizado por Porto foi em retribuição ao crédito liberado por Vargas para as obras de restauração que se tornaram um dos marcos de sua primeira gestão no JBRJ. O prestígio de Paulo Campos Porto no Ministério da Agricultura durante a década de 1930, principalmente durante o período em que Odilon Braga esteve à frente da pasta (1934-1938), também ficou notório nas visitas que realizou à Argentina e ao Uruguai como representante do órgão¹¹. Isso ocorreu num contexto de aproximação entre as nações sul-americanas e Porto atuou quase como um agente diplomático do governo. Destaco ainda que o início do segundo governo de Vargas, em 1951, trouxe imediatamente Paulo Campos Porto de volta à direção do JBRJ da qual estava afastado desde 1939.

Provavelmente o prestígio político-administrativo de Porto decorria tanto do importante lugar ocupado pelos técnicos e cientistas no empreendimento varguista, quanto de seu capital familiar (o legado de João Barbosa Rodrigues) e relações de parentesco com

⁹ KUHLMANN, João Geraldo, PORTO, Paulo Campos. Contribuição para a flora do Itatiaia. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, vol.VI, janeiro de 1933, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, pág. 113.

¹⁰ Odilon Duarte Braga (1894-1958)- Nasceu em Guarani, MG. Advogado, iniciou seus estudos na Escola de Direito do Colégio Granbery, em Juiz de Fora (MG) e concluiu seu curso na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, em 1916. Exerceu a advocacia em diferentes municípios mineiros e foi promotor público em Ubá (MG). Foi vereador no município de Rio Pomba (MG), deputado estadual e se elegeu deputado federal por seu Estado natal em 1927. Apoiou a Revolução de 1930, mas, após a posse de Vargas, afastou-se do governo em função de divergências políticas. Em 1933 elegeu-se deputado federal constituinte pelo Estado de Minas Gerais e em 1934, após a promulgação da nova carta constitucional, foi nomeado para o Ministério da Agricultura. Em novembro de 1937 deixou o cargo por discordar da implantação da ditadura do Estado Novo. Em 1943 foi signatário do Manifesto dos Mineiros, documento divulgado pelas elites políticas do Estado de Minas Gerais, exigindo o retorno do país ao regime democrático. Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), partido que concentrava a maioria da oposição liberal ao Estado Novo. Nas eleições presidenciais de 1950, concorreu como candidato a vice-presidente na chapa do brigadeiro Eduardo Gomes lançada pelo partido e derrotada pela chapa Getúlio Vargas-Café Filho.

¹¹ GOMES, Ângela de Castro. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

importantes figuras políticas da época (era cunhado de Miguel Calmon Du Pin e Almeida Filho¹², por exemplo), além de seu alinhamento com o governo. Era fato notório que Paulo Campos Porto tinha uma ampla circulação entre as elites e uma relação privilegiada com o Ministro da Agricultura, o também mineiro Odilon Braga, e com o próprio Getúlio Vargas. Durante a realização desta pesquisa ficou muito forte a suspeita de que Paulo Campos Porto tinha uma relação de proximidade com Odilon Braga. Enquanto esse ocupou o cargo de Ministro da Agricultura, atuou como espécie de “campo de possibilidades” para Porto. Busquei estabelecer o tipo de relação entre os dois. Ambos eram mineiros. Embora tenham nascido em lugares diferentes, Braga em Guarani e Campos Porto em Juiz de Fora, o primeiro foi estudar nesta cidade. O pai de Campos Porto, Joaquim Campos Porto, também era mineiro, e o avô, embora nascido no Rio de Janeiro, era de uma família de Minas Gerais e foi criado nesse Estado. Ambos circulavam entre as elites políticas do Estado. Procurei compreender a provável proximidade entre Campos Porto e Odilon Braga no âmbito do que seria uma “história de família” a narrar a história política e econômica do estado de Minas Gerais em interface com a questão do desenvolvimentismo no Brasil. Essa chave de leitura busca demonstrar como muitas famílias mineiras e as redes que construíram marcaram o panorama da política brasileira após a Proclamação da República, período no qual o estado de Minas Gerais emergiu como um dos mais importantes da nova federação brasileira. Segundo Ângela de Castro Gomes, as Minas Gerais tinham um estilo familiar de “fazer política” no qual as “famílias governamentais” mineiras se sucediam e se alternavam nas tarefas de chefia política nas esferas estadual e federal, e, a partir das relações sociais que estabeleciam, acumulavam capital político. Assim, marcas fortes do tipo de solidariedade que aproximava as elites políticas mineiras era o sentimento de “orgulho da linhagem” e de “interesse de família”. Contudo, a falta de informações pessoais sobre Paulo Campos Porto não ajudou a comprovar minhas suspeitas. Fato é a presença de Braga como peça-chave constante na chancela aos movimentos político-administrativos de Campos Porto.

Um exemplo de como Campos Porto mobilizava as suas relações e contatos pessoais para promover resultados positivos na administração pública, bem como possuía relações

¹² Miguel Calmon Du Pin e Almeida Filho, nascido em 1893 no Rio de Janeiro, coronel-médico da polícia do antigo distrito federal. Filho do Desembargador Miguel Calmon Du Pin e Almeida e de Alexandrina de Albuquerque Matos, da importante família Cavalcanti Albuquerque, de Pernambuco. BAUMANN, Eneida Santana. O Arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea. Dissertação de Mestrado (Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2011.

privilegiadas entre as elites, está numa entrevista concedida por Hugo Souza Lopes¹³ ao CPDOC. Nesta, destacando a eficiência do diretor do IBV em disponibilizar recursos aos seus cientistas mesmo num contexto financeiro precário, o cientista narrou um episódio no qual Campos Porto adquiriu uma coleção composta de coleópteros¹⁴ e de bibliografia para o instituto. Ao ser informado sobre o falecimento do proprietário da coleção que se encontrava em São Paulo, e do quanto esta era “indispensável” aos trabalhos realizados no IBV, Campos Porto teria consultado amigos sobre o valor científico da tal coleção e dias depois estava em São Paulo para a negociação. Lopes afirmou que, sem dispor no orçamento institucional do valor pedido, Campos Porto mobilizou contatos pessoais na cidade de São Paulo e obteve a quantia necessária para levar a coleção para o Rio de Janeiro¹⁵.

Apesar de sua constante participação na administração pública e na política de governo durante a Era Vargas, Paulo Campos Porto era uma figura dos bastidores. Embora estivesse presente na elaboração e nas articulações das iniciativas de controle e administração dos recursos naturais brasileiros, no máximo era um ator coadjuvante que emprestava seu labor técnico aos projetos sem necessariamente estar à frente ou dissertar sobre eles. Porto fazia parte dos quadros da burocracia científica, sem pretensões de ser uma liderança ou mesmo um intelectual que refletisse sobre sua função social ou apresentasse soluções para os problemas do país. Sendo assim, o botânico deixou poucas reflexões e fontes escritas acerca de suas estratégias de atuação, sua aproximação com a política, seu pensamento conservacionista, sua concepção de natureza, sua ideia de proteção dos recursos naturais, sua definição para patrimônio natural e sua argumentação para a urgência em defendê-lo.

Paulo Campos Porto e os “laços quase hereditários de ligação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro”

Parti dos anos iniciais da carreira de Paulo Campos Porto, pois seus primeiros interesses de pesquisa e a dedicação aos trabalhos realizados em Itatiaia ajudam a explicar os

¹³ Hugo de Souza Lopes (1909- 1991) - Nasceu em 1909 na cidade do Rio de Janeiro. Formado em Medicina Veterinária em 1933 pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Especializou-se em Entomologia no Instituto Oswaldo Cruz sob a orientação de Lauro Travassos de quem foi aluno e depois assistente. Foi estagiário no Instituto Oswaldo Cruz de 1931 a 1933 e trabalhou no Instituto de Biologia Vegetal de 1933 a 1937. Em 1938 retornou à pesquisa no Instituto Oswaldo Cruz. OLIVEIRA, Sebastião José de. A vida profissional de Hugo de Souza Lopes. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, vol.84, suppl.4, Rio de Janeiro, 1989.

¹⁴ Os coleópteros constituem uma ordem de insetos popularmente conhecidos como besouros e que inclui escaravelhos, joaninhas e gorgulhos, dentre outros. A característica mais notável dos insetos pertencentes a esta ordem é a carapaça lustrosa, muitas vezes bem colorida e que cobre e protege as asas delicadas.

¹⁵ LOPES, Hugo de Souza. Hugo de Souza Lopes (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, págs.35 e 36.

desdobramentos de suas ações em prol da proteção daquela região. O envolvimento de Paulo Campos Porto com uma das mais importantes instituições nacionais de produção de conhecimento sobre a flora brasileira, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, teve início ainda antes de seu ingresso no serviço público. Neto de João Barbosa Rodrigues, o nome de maior prestígio na história da instituição, afirmava ter “laços quase hereditários de ligação com o Jardim Botânico”.

Seu avô nasceu em 1842 no Rio de Janeiro. Filho de um comerciante português e de uma mãe com ascendência indígena, foi criado em Campanha, Minas Gerais, onde iniciou seus estudos em ciências e artes. Na década de 1850 retornou à capital do Império para prosseguir seus estudos. João Barbosa Rodrigues surgiu no cenário científico nacional no ano de 1870, surpreendendo com a apresentação de uma obra sobre orquídeas brasileiras, em três volumes, com descrições em latim e francês e cientificamente ilustrada por ele. Este trabalho foi considerado na ocasião o mais profundo e completo sobre a família das orquídeas brasileiras. Porém, o autor era conhecido até então apenas como um professor de desenho, o que suscitou desconfiança e descrédito para sua obra. Entre os mais céticos em relação a Rodrigues estava Ladislau Netto, então diretor da seção de botânica do Museu Nacional. Barbosa Rodrigues não tinha até então nenhuma expressão no cenário científico nacional. No entanto, o desconhecido estudioso da flora nacional se tornou, no decorrer dos anos, em um dos cientistas de maior expressão no país e no exterior, e é ainda hoje aclamado por especialistas como um dos maiores botânicos do Brasil.

A transformação do botânico amador em profissional teve a influência decisiva do mecenas Guilherme Schüch Capanema que este conheceu quando cursou o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, nos primeiros anos após seu retorno ao Rio de Janeiro. Por intermédio de Capanema trabalhou como secretário e professor de desenho no Colégio Pedro II e recebeu seu apoio para seguir na carreira de botânico profissional. Capanema chegou a lhe prestar auxílio moral e financeiro em tempos difíceis quando nem a comunidade científica nem o governo lhe davam créditos.

Barbosa Rodrigues era autodidata e além da botânica, na qual era um especialista em palmeiras e orquídeas, se dedicou também a outros temas variados como a etnografia, a linguística, a arqueologia, o indigenismo, a química e a farmácia. Segundo Magali Romero Sá, autora de importante trabalho sobre a trajetória científica do botânico, ele se caracterizou

essencialmente como um cientista polêmico, ambicioso e astuto¹⁶. Através dos anos foram publicados vários trabalhos sobre ele, dentre os quais destaco dois. Primeiro, o livro escrito por sua neta, Dilke de Barbosa Rodrigues Salgado, filha de João Barbosa Rodrigues Júnior, no qual discute a vida e a obra do avô. Curioso é que nesta obra publicada em 1947 (poucos anos após o primeiro período em que Porto dirigiu o JBRJ), a autora aponta o seu pai (que chegou a ocupar a direção da instituição por curto período) como o único dos herdeiros que teria seguido os passos do avô. Afirma ainda que o pai teria sido contrário à ideia de “favores do poder” e teria sido perseguido pela inveja¹⁷. Somado ao fato de não ter encontrado nenhuma referência de Paulo Campos Porto ao tio, considero que este seja um indício da existência de disputas familiares em torno do legado de Barbosa Rodrigues.

O outro trabalho que destaco é o de Flora Castaño Ferreira¹⁸, nascida em 1917, bisneta de Barbosa Rodrigues e filha única de Paulo Campos Porto, que, em parceria com Scott Mori, do Jardim Botânico de Nova York, publicou artigo com material científico inédito de seu bisavô¹⁹. Barbosa Rodrigues se casou três vezes e teve quatorze filhos.

Após toda a polêmica que envolveu o julgamento científico de seu trabalho sobre orquídeas, João Barbosa Rodrigues, sob o patrocínio do Barão de Capanema, foi comissionado pelo governo brasileiro para explorar o vale do Rio Amazonas e realizar o levantamento taxionômico de um determinado grupo botânico, o gênero *Palmarum*. Esta era uma importante oportunidade para firmar sua reputação enquanto naturalista. Assim, seguiu para a Amazônia em 1872 juntamente com sua família e lá promoveu intensa atividade de campo que lhe proporcionou o desenvolvimento de seu conhecimento botânico.

No início de sua carreira, principalmente na década de 1870 enquanto tentava se firmar como botânico profissional, Barbosa se envolveu em disputas nas quais pleiteava a prioridade científica de suas descobertas, como o registro de novas espécies e a patente do uso de fórmulas medicinais que aprendeu entres os indígenas na Amazônia. Após mais de uma década de esforços para ser reconhecido como pesquisador em botânica, em 1883, por

¹⁶ SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, Vol.VIII (suplemento), 899-924, 2001.

¹⁷ SALGADO, Dilke Barbosa Rodrigues. *Barbosa Rodrigues, uma glória do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945, pág.250.

¹⁸ Sobre Flora Castaño Ferreira, conhecida como Florita em Itatiaia, tenho algumas poucas informações biográficas obtidas a partir de variadas fontes. Viveu em Itatiaia entre os anos de 1980 e 1990. Neste período era artista e suas pinturas seguiam temáticas religiosas ou ambientais. Morou também nos EUA, onde parece ter falecido em 2003. Seu primeiro marido, Antonio Castaño Ferreira, com que teve uma filha chamada Bernardina, trabalhou no Jardim Botânico como ajudante na Seção de Ecologia Agrícola do Instituto de Biologia Vegetal no ano de 1936. No entanto, não sei precisar por quanto tempo Ferreira trabalhou na instituição.

¹⁹ MORI, Scott e FERREIRA, Flora Castaño. A distinguished Brazilian botanist, João Barbosa Rodrigues (1842-1909). *Brittonia*, Nova York, vol.39, nº.1, pág.73-85.

influência de seu mecenas Capanema e a convite da Princesa Isabel, Barbosa foi chamado pelo governo imperial para dirigir o recém-criado Museu Botânico do Amazonas. Em 1885 contratou como secretário Joaquim Augusto Campos Porto (1855-1908), jornalista que atuava no Rio de Janeiro. Este, que era pai de Paulo Campos Porto, conheceu e se casou com Maria, uma das filhas de Barbosa Rodrigues, em Manaus durante o período em que trabalhou no Museu Botânico do Amazonas.

Em 1890, a convite do governo republicano, Barbosa assumiu a direção do JBRJ e se tornou o dirigente de maior prestígio até aquela época e provavelmente até os dias de hoje. Atualmente é conhecido nacional e internacionalmente como um dos botânicos de maior expressão que o Brasil já teve. Deixou importantes contribuições para a sistemática de orquídeas e palmeiras. Para apresentar um perfil resumido do botânico, Wanderbilt Duarte de Barros utilizou uma sentença proferida por Ihering: “Barbosa Rodrigues é, sem dúvida, a figura mais proeminente entre os naturalistas que nasceram no Brasil. Comparável ao seu grande colega Martius, ele ocupou-se, com igual sucesso da botânica, da etnografia e da arqueologia do país”²⁰.

João Barbosa Rodrigues assumiu a direção do JBRJ após décadas nas quais esta atravessou uma fase considerada uma das piores em sua trajetória, de acordo com os botânicos que lá trabalharam no período seguinte. Entre 1861 e 1890 esteve sob a subordinação do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA). Essa instituição autônoma, assim como outras semelhantes criadas neste mesmo período, surgiu como resposta política a uma série de mudanças no mundo agrícola, como o fim do tráfico de escravos, por exemplo, que aumentou a preocupação dos produtores em tirar o máximo proveito da terra.

O objetivo destes institutos era viabilizar medidas úteis para o progresso da agricultura e, através da aplicação de conhecimentos científicos, racionalizar a exploração da terra e da natureza. Ocorreu uma mudança na tradição científica do JBRJ enquanto este esteve subordinado ao IIFA. Os especialistas começaram a buscar soluções para problemas que causavam grandes prejuízos aos produtores em outros ramos da ciência que não na botânica e, assim, foram impondo novas diretrizes às atividades da instituição, que a afastavam dos propósitos de um jardim botânico²¹.

²⁰ *Rodriguésia*, Ano VI, n.15, junho, 1942, pág.8.

²¹ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império” IN: DANTE, Maria Amélia M., *Espaços da Ciência no Brasil 1800-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

Este período no qual o JBRJ esteve submetido a esta sociedade particular ficou marcado nas memórias institucionais, sobretudo a partir das falas dos botânicos que ingressaram em seus quadros nas décadas seguintes, como uma fase negativa em sua história. Segundo o botânico Fernando Rodrigues da Silveira, durante estes anos, os diretores, que por seus conhecimentos poderiam ter dado um engrandecimento à instituição, tiveram seus movimentos tolhidos pelo IIFA²².

O já consagrado botânico, que estava até então na direção do Museu Botânico do Amazonas, tomou posse de seu cargo em junho de 1890, meses após sua nomeação. Durante este período entre a nomeação de Rodrigues como diretor do JBRJ e sua vinda para o Rio de Janeiro, seu cargo foi ocupado pelo vice-diretor Joaquim Augusto Campos Porto.

Ao assumir o cargo que ocuparia por cerca de vinte anos, João Barbosa Rodrigues afirmou ter encontrado a instituição como um simples jardim de recreio, agradável à vista, mas, cientificamente, em estado deplorável. Segundo ele, o grande parque, coberto de esplêndida vegetação, assemelhava-se a uma floresta, pois não havia sequer uma placa que identificasse os exemplares. Além disso, a instituição não tinha pessoal regular e não contava com arquivo, biblioteca e nem herbário, os dois últimos indispensáveis para uma instituição científica como aquela²³.

Barbosa Rodrigues só deixou a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1909, por ocasião de sua morte. Em sua passagem pelo Jardim Botânico, imprimiu seu nome na história da instituição que, durante este período, se destacou na botânica sistemática. Sob sua direção, ocorreu incentivo à pesquisa científica com o aumento das coleções, a criação do cargo de naturalista-viajante e o incremento do intercâmbio com outras instituições científicas.

O botânico Fernando Silveira, assim como outros de sua geração, afirmou que João Barbosa Rodrigues foi o criador do JBRJ. Segundo ele, até então o que havia sido feito pela instituição foi a construção de bases para a constituição de um jardim de aclimatação, algo mais limitado do que um jardim botânico. Silveira julgou impossível enumerar em um artigo todas as realizações de Rodrigues: organização do herbário e biblioteca, fundamentais para qualquer trabalho de taxonomia, obras de embelezamento, remodelações, novas aléias, além de várias publicações²⁴. Este tipo de discurso ecoava a opinião do próprio Barbosa Rodrigues,

²² SILVEIRA, Fernando Rodrigues. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, *Rodriguésia*, Ano1, N.1, pág.14, 1935.

²³ RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis ou Breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro: para servir de guia aos visitantes*, 1893. Rio de Janeiro, 1894, pág.11.

²⁴ SILVEIRA, Fernando. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, op.cit., 1935.

que durante sua gestão mobilizou esforços no sentido de enaltecer sua figura, seu protagonismo e seus méritos fortalecendo a ideia de que o Jardim Botânico teria se tornado “verdadeiramente científico” apenas em 1890²⁵.

Neste sentido, Paulo Campos Porto deu continuidade ao empenho de seu avô reforçando a ideia de que o JBRJ era na realidade “uma obra da República” e resultante dos muitos méritos de João Barbosa Rodrigues²⁶. Ao fazer isso, Porto enaltecia a linhagem de botânicos à qual pertencia e inscrevia o seu próprio nome na história da instituição. Para ele, esse discurso servia como uma ferramenta de legitimação de seu próprio papel a desempenhar. Sobre a primeira vez que ocupou a direção da instituição, Porto afirmou ter assumido o compromisso de devolver ao JBRJ o antigo esplendor que tivera, devido à relação de afetividade que tinha com o local no qual vivia desde os seus oito meses de idade²⁷.

Durante os anos de sua primeira direção, na década de 1930, por vezes fez alusão à sua tradição familiar em botânica e à frente do Jardim Botânico. Como exemplo, posso citar entrevista que concedeu a jornal argentino por ocasião de sua visita àquele país para compromissos oficiais como representante do Ministério da Agricultura, em 1936. Ao jornal *Critica* afirmou que sua família atuava no JBRJ há quarenta e sete anos, seu pai e seu avô tinham sido diretores e, como exemplo da vocação familiar, até sua filha estava se especializando em botânica²⁸. Criava uma espécie de genealogia no cargo. Em verdade seu pai foi o substituto de seu avô, ocupava o cargo na ausência de Barbosa Rodrigues. Joaquim Campos Porto, como já disse, chegou a assumir a direção do JBRJ, como substituto, por alguns meses no intervalo entre a nomeação de Rodrigues, que estava no Amazonas ocupando um cargo público, e sua viagem para o Rio de Janeiro.

É importante notar que, na década de 50, durante o segundo período em que Porto esteve na direção do JBRJ, a utilização deste recurso em seus discursos parece ter se recrudescido ainda mais. Este dado pode ser relacionado às constantes críticas que eram feitas à sua administração pelos jovens botânicos da instituição. De todo modo, a alusão aos “laços quase hereditários que o ligavam ao JBRJ” era um recurso mobilizado por Porto que reforçava a ideia de que estaria ocupando o cargo certo, seguindo sua linhagem. Acredito que servia também para justificar alguma deficiência em sua formação científica. Tive

²⁵ CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, op. cit., 2011, pág.29.

²⁶ PORTO, Paulo Campos. Plantas indígenas e exóticas provenientes da Amazônia, cultivadas no Jardim botânico do Rio de Janeiro. *Rodriguésia*, ano II, N.5, junho-setembro de 1936, pág.93.

²⁷ Vive no JB desde os oito meses de idade. *A Noite* - Rio de Janeiro- 16/01/1954.

²⁸ Plantará dos gajos de ipe em el jardín de La Paz Platense - Em el Brasil es arbol de tradición. *Critica*- Buenos Aires- 15/11/1936.

dificuldades para localizar informações acerca de sua formação. Obtive apenas, sem maiores detalhes, que Paulo Campos Porto teria feito seu curso superior na Universidade Livre do Rio de Janeiro²⁹. Em pesquisa sobre esta instituição encontrei a referência a um estabelecimento que teria funcionado com este nome na década de 1920 na Rua General Câmara, 240, e outro que teria se instalado em 1933 na Rua Teixeira de Freitas, 27, ambas na cidade do Rio de Janeiro. Porto não era o único homem de ciência de sua geração que era autodidata e tinha aprendido o seu ofício em família, sem frequentar um curso de formação profissional³⁰. Contudo, vivia em um período de transição, no qual cada vez mais era exigida a profissionalização do cientista. As próprias reformas do Ministério da Agricultura gradualmente passavam a exigir que os cargos técnicos fossem ocupados por profissionais competentes de formação na área. Deste modo, creio que a afirmação de seus “laços hereditários” com o JBRJ e o capital familiar que tal expressão representava ajudaram a mantê-lo à frente da instituição o tanto quanto foi possível.

Em discurso proferido em agradecimento à homenagem que recebera em comemoração aos 40 anos de serviço público, Porto afirmou que a história do Jardim Botânico se confundia com a de sua própria família, e que seu avô e seu pai dedicaram o melhor de sua inteligência para dar a esta instituição o renome que alcançou no mundo científico. Segundo ele, não fazia nada além de dar continuidade à obra de seus antepassados e antecessores³¹. Embora tenha falado de “antepassados e antecessores” nesta ocasião, raramente fazia menção a outros diretores que não seu avô, seu pai e ele, sobretudo em discursos comemorativos.

Nascido em 9 de janeiro de 1889, em Juiz de Fora, Minas Gerais, Paulo de Campos Porto prestou serviços ao Ministério da Agricultura desde 1908 quando trabalhou como diarista na Comissão de Discriminação de Terras em Itatiaia e Rio Preto. Entrou oficialmente para o quadro de funcionários do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 1914 como naturalista viajante, durante a direção do botânico inglês John C. Willis (1912-1915)³². Porto assumiu o cargo de naturalista auxiliar do botânico sueco e naturalizado brasileiro

²⁹ NOMURA, Hitoshi. *Vultos da Botânica Brasileira*, 1a. ed., Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque, 1992, pág.126.

³⁰ SILVA, Filipe Oliveira da. *Matas Folheadas: Imprensa, Práticas Letradas e Sociabilidades de Proteção à Natureza na Revista Florestal (1929-1949)*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense), Niterói: 2017.

³¹Completo ontem 40 anos de serviço público o diretor do Jardim Botânico. *Correio da Manhã*- 20/01/1954.

³² Almanaque do Pessoal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Tomo VII(1929). Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1931.

Alberto Löfgren. Contudo, existem registros de espécies coletadas por Porto e levadas para o JBRJ antes mesmo de 1914³³.

Entre os anos de 1915 e 1931, o JBRJ foi dirigido pelo médico Antônio Pacheco Leão. Este foi um período de incentivo à pesquisa científica, e no qual a instituição participou de grandes expedições, ampliou o herbário e o arboreto, e promoveu o treinamento de novos botânicos. Uma maior distribuição das funções científicas entre os pesquisadores da instituição foi um aspecto característico desta gestão. Diferentemente de outros momentos da história institucional, quando o diretor foi nome de maior destaque nos trabalhos realizados, Pacheco Leão se dedicou às funções administrativas que seu cargo lhe exigiu e deixou as pesquisas e demais trabalhos serem conduzidos por outros cientistas do Jardim Botânico. Paulo Campos Porto estava entre os botânicos que participaram de importantes expedições, publicaram artigos e mais se destacaram nas atividades científicas durante este período³⁴.

Em 1920, Porto publicou *O Cambuci*, “pequena comunicação”, segundo o próprio autor, sobre a árvore frutífera que lhe dá o título, *Paivaea langsdorffii* Berg. O então jovem botânico começou este trabalho argumentando que, na rica flora brasileira, deveria ser grande o número de espécies endêmicas, aquelas limitadas a áreas restritas, onde as condições climáticas eram especialmente favoráveis ao seu desenvolvimento, assim como o Cambuci. No entanto, pouco se sabia a respeito dessas espécies devido à falta de método ou sistema nas explorações botânicas. A seu ver faltavam explorações botânicas contínuas e metódicas sobre uma área limitada com o fim de reunir dados para uma flora local completa. Isso seria consequência do reduzido número de botânicos no extenso território nacional e do fato de o maior arquivo da flora brasileira ter sido efetuado por botânicos visitantes cujo objetivo era sempre conseguir o maior número de espécies, no menor tempo e percorrendo a maior área possível. Estas críticas foram retomadas por Paulo Campos Porto em alguns outros momentos ao longo de sua carreira.

O Cambuci supostamente iniciava uma série de monografias sobre frutos indígenas de valor econômico, conhecido ou provável, que o Jardim Botânico pretendia publicar³⁵. Desse modo, o objetivo desta comunicação foi tornar bem conhecida a espécie que, segundo a obra, cultivada e selecionada, poderia ter grande aplicação industrial, além de seu valor ornamental e talvez medicinal, o que estava ainda em estudo. Neste trabalho, Porto discutiu a origem do

³³ *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, n2, 1917, págs.27, 30 e 35, como exemplos dentre outros.

³⁴ Para mais informações sobre esse período da história institucional consultar: CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, op.cit., 2011.

³⁵ Não localizei em minha pesquisa as obras que teriam dado seguimento a tal empreendimento.

nome atribuído à espécie, fez sua descrição ressaltando algumas características botânicas, relatou alguns usos populares e possíveis propriedades medicinais. Também foi identificada a área de dispersão do Cambuci e foram comentadas as experiências de germinação de sementes realizadas na Serra de Itatiaia e no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O Cambuci foi premiado com medalha de ouro na Exposição do Centenário em 1922³⁶.

Ainda durante seus primeiros anos como naturalista-auxiliar do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Porto participou de expedições em áreas florestais e campestres, coletando plantas para o Herbário e o Arboreto da instituição, em especial orquídeas, objeto de sua especialidade. Dentre estas, participou da Missão Biológica Belga, que entre os anos de 1922 e 1923, organizou excursões para as zonas florísticas de maior interesse científico no país para a realização de estudos. Este empreendimento contou com a participação de naturalistas do Jardim Botânico, e Paulo Campos Porto esteve presente nos trabalhos de campo realizados em regiões dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo³⁷.

A missão científica chefiada por Jean Massart foi enviada por associações científicas belgas de acordo com um desejo do rei que, em 1921, visitara o Jardim Botânico. O objetivo desta era coletar exemplares para o herbário de Bruxelas. Segundo Alda Heizer, os pesquisadores e professores, que analisaram os resultados desta viagem, a consideraram uma contribuição ao estudo da biogeografia do Brasil³⁸. O JBRJ teve importante papel na organização e definição do percurso realizado. Desde sua chegada a missão belga instalou-se numa das dependências da instituição, na qual já tinham sido disponibilizados todos os recursos necessários aos seus membros, incluindo laboratório para pesquisas, material de herbário e de conservação das coleções para estudos³⁹.

Embora não tenha encontrado registros detalhados da participação de Paulo Campos Porto na Missão Biológica Belga, esta lhe rendeu homenagens ainda nos últimos anos da carreira. Em 1959 recebeu na Embaixada da Bélgica, por proposta do governo deste país, a Comenda da Ordem Leopoldo II. Durante cerimônia foi ressaltada a sua contribuição

³⁶*Correio da Manhã*- 30/01/1959 ; *Diário Municipal*- Câmara do Distrito Federal- 19/04/1960.

³⁷Participaram ainda João Geraldo Kuhlmann, Pacheco Leão, Fernando Silveira e Adolpho Ducke, que acompanhou a missão belga no Baixo-Amazonas. HEIZER, Alda Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-1923. Caminhos, Comunicações e Ciências. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v.15, n.3, p.849-864, 2008.

³⁸HEIZER, Alda. Notícias sobre uma expedição, op. cit., 2008.

³⁹Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1922, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág.67. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/contents.html>. Acessado em 27/09/2015.

“preciosa e desinteressada” para o estabelecimento da colaboração científica entre Brasil e Bélgica que foi iniciada em 1922 com a participação na missão comandada por Massart⁴⁰.

Em 1915 foi criado o periódico científico “*Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*”. Esta publicação era voltada exclusivamente para a botânica e nela eram divulgadas as pesquisas realizadas no JBRJ. Os Arquivos foram publicados entre os anos de 1915 e 1933 compondo um total de seis volumes⁴¹. Durante este período foram 34 os artigos publicados neste periódico e Paulo Campos Porto (4 artigos) esteve entre os autores que mais vezes tiveram seus trabalhos divulgados nos *Arquivos*⁴². Além disso, Porto também fez parte da comissão de redação do periódico.

No primeiro volume do periódico foi publicado o artigo de Porto, “Contribuição para o conhecimento da flora orquídea da Serra do Itatiaia”⁴³. Este artigo resulta de trabalho realizado a partir de uma comissão formada em fevereiro de 1914 com o objetivo de coletar o maior número possível de orquídeas na Serra do Itatiaia. As excursões pela região duraram cerca de dez meses e foram motivadas pelo pequeno número de representantes desta família no Jardim Botânico, e também pelo fato de as pesquisas botânicas realizadas anteriormente na região terem apresentado apenas referências pontuais acerca das orquídeas. Estes cientistas, segundo Porto, estiveram interessados no estudo da massa vegetativa em seu conjunto e limitaram-se a explorar apenas o planalto e as margens da estrada que conduzia ao alto.

Por sua vez, esta comissão percorreu amplamente a região seguindo os limites traçados pela planta levantada pelo Governo Federal. Dentro deste perímetro delimitado, seguiram os cursos de ribeirões e córregos em cujas margens abundavam as orquídeas. Também percorreram as regiões de maior altitude e montaram um quadro indicativo da distribuição das orquídeas na zona explorada. Destaco um ponto no qual o autor acreditava apresentar uma solução para um ponto controverso na biologia tropical. Segundo ele, era um conceito geralmente estabelecido o de que grandes altitudes no Brasil não apresentavam uma flora epífita superior⁴⁴. Ao verificarem a ocorrência deste tipo de vegetação na Serra do Itatiaia pensaram estar alterando, sob o ponto de vista ecológico, tal conceito. Porto apontou o

⁴⁰ Campos Porto agraciado com comenda da Ordem Leopoldo II. *Correio da Manhã*- 18/07/1959.

⁴¹ Após um intervalo de 14 anos, foi publicado, em 1947, o volume 7, já com o título modificado para “*Arquivos do Jardim Botânico*”, seguindo nova grafia.

⁴² Além dele: Adolpho Ducke (10 artigos), Alberto Löfgren (6 artigos), Geraldo Kuhlmann (6 artigos) e Fernando Rodrigues da Silveira (2 artigos).

⁴³ PORTO, Paulo Campos. Contribuição para o conhecimento da flora orchidacea da Serra do Itatiaia. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, 1915, Rio de Janeiro, p. 105-126.

⁴⁴ A epífita é uma planta que se desenvolve sobre outra planta, usando-a como apoio e não tirando dela nenhum nutriente. Exemplos de plantas epífitas: orquídeas, bromélias e cactáceas.

estudo ecológico das regiões visitadas como uma orientação da Seção de Botânica e Fisiologia Vegetal do JBRJ e um meio mais certo e seguro para o conhecimento da vida vegetal. Ainda sobre este artigo, um comentário tecido pelo botânico pode ser considerado um anúncio dos esforços dispensados por ele nos anos seguintes em prol da proteção da flora regional: “O trecho que vai de Monte Serrat até a Macieira do Meio, alt.1900 mts, ainda está coberto de magníficas florestas virgens. Naturalmente essa região, pelo alto coeficiente de umidade, é o *habitat* mais favorável das orquídeas. Seria um ato meritório do Governo resguardar essas matas do machado do colono que as ameaça continuamente”⁴⁵.

O segundo artigo do botânico publicado nos *Arquivos* foi “Um caso de hibridação natural”, em 1918⁴⁶. Este trabalho é sobre um exemplar que, dentre as orquídeas coletadas por Porto na encosta da Serra de Itatiaia e cultivadas no JBRJ, diferia de todas as espécies determinadas e descritas na *Flora Brasiliensis*. Para o autor as flores desta espécie apresentavam semelhança com as de outras duas espécies conhecidas. Deste modo, destacou em quais aspectos o exemplar que floresceu se assemelhava com a *Cattleya loddigesii* Lindl ou com a *Cattleya guttata* Lindl e afirmou que tudo levava a crer que se tratava de um híbrido natural de grande interesse. Fortalecendo seu argumento apresentou o fato de que as duas espécies mencionadas acima eram muito frequentes nas encostas do Itatiaia e que, por isso, poderiam ter originado a nova variedade para a qual sugeria o nome de *Cattleya itatiayae*.

Em 1922, Paulo Campos Porto publicou “Uma octomeria nova”⁴⁷. Tratava-se de uma pequena orquídeacea do gênero *Octomeria* encontrada sem flores pelo botânico em excursão realizada ao Morro dos Três Picos, na Serra do Itatiaia. Esta foi cultivada e floresceu no Jardim Botânico. Porém, segundo o autor, não foi possível determiná-la por não estar descrita na “Flora de Martius”⁴⁸ e nem em publicações posteriores. Neste trabalho a nova espécie foi

⁴⁵PORTO, Paulo Campos. Contribuição para o conhecimento da flora orchidacea da Serra do Itatiaya. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, 1915, Rio de Janeiro, p. 108.

⁴⁶ PORTO, Paulo Campos. Um caso de hibridação natural. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, n. 2, 1918, Rio de Janeiro, pág. 65.

⁴⁷PORTO, Paulo Campos. Uma octomeria nova, *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* v. 3,1922, Rio de Janeiro, pág.287.

⁴⁸ Expressão remete a obra “Flora brasiliensis”, produzida entre 1840 e 1906 pelos editores Carl Friedrich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de 65 especialistas de vários países. Mais completa obra de descrição de espécies da flora brasileira e considerada uma das maiores obras botânicas de todos os tempos. Contém a descrição de 22.767 espécies, a maioria de angiospermas brasileiras, reunidos em 15 volumes, divididos em 40 partes, com um total de 10.367 páginas. A história desta obra começa com a viagem de Spix e Martius que chegaram ao Brasil em 1817 no grupo de naturalistas e cientistas que acompanhavam a arquiduquesa Leopoldina como parte da Missão Austríaca e começaram uma viagem que durou três anos e passou por quase todos os principais tipos de vegetação do Brasil. Voltaram para Europa com grande número de exsiccatas, além de espécimes zoológicos e uma coleção de artefatos das diferentes tribos de indígenas encontradas durante a viagem.

descrita por Porto e seu colega, Dr. João Cornélio Peixoto, e recebeu o nome de *Octomeria fimbriata*.

A maioria dos artigos publicados por Porto foram trabalhos realizados a partir de espécies coletadas por ele na região de Itatiaia, no Rio de Janeiro. Além desses que foram comentados acima, outros trabalhos publicados nos *Arquivos* como os de Alberto Löfgren, de quem Paulo Campos Porto foi auxiliar até 1918, também são sobre exemplares coletados pelo botânico naquela região. Estes denotam a predileção de Porto pela realização de estudos nas terras de Itatiaia e que estes já vinham ocorrendo desde longa data, ao menos desde 1908. Nas páginas dos *Arquivos* encontrei ainda a menção a uma espécie que, levada ao JBRJ por Porto, teria sido desenhada por João Barbosa Rodrigues, o que teria que ter ocorrido até 1909⁴⁹.

A Era Vargas e o ingresso nos altos cargos da burocracia estatatal

A década de 1930 inaugurou um novo período na história política do país. A Revolução de 1930 trouxe ao poder Getúlio Dornelles Vargas que, em novembro deste mesmo ano, assumiu o cargo de Chefe do Governo Provisório. Esse processo político, que culminaria com a ascensão de Vargas à presidência da República, teve início quando os paulistas se recusaram a dar continuidade à rotina de revezamento da política do café com leite que ordenava a sucessão presidencial. Até então, as elites paulistas, ligadas principalmente à cafeicultura, e as elites mineiras, representantes da pecuária nacional, se alternavam na indicação de um político que ocuparia o cargo de presidente durante o mandato seguinte. As elites paulistas indicaram outro representante de São Paulo para substituir o então presidente Washington Luis, nascido no Rio, mas com carreira política integralmente desenvolvida em São Paulo. Era conhecido como o “Paulista de Macaé”.

Vargas, que já havia sido convidado para participar de uma articulação em torno de uma candidatura de oposição, acabou sendo escolhido como o candidato que representaria a Aliança Liberal. O paraibano João Pessoa era o candidato a vice-presidente. A candidatura de Vargas recebeu o apoio do Rio Grande do Sul, da Paraíba e de Minas Gerais. Embora o candidato da Aliança Liberal tenha entrado na disputa com a intenção de respeitar o resultado das eleições, seus aliados não. Após a derrota de Vargas em um processo eleitoral marcado por fraudes, um movimento revolucionário foi deflagrado em 3 de outubro de 1930 e ganhou fôlego com o assassinato de João Pessoa. A revolução foi desencadeada simultaneamente em

⁴⁹ *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, n2, 1917, págs.27, 30 e 35.

Belo Horizonte, no Nordeste e em Porto Alegre, onde teve adesão imediata do exército. O movimento teve o aval de grande parte da população, de militares e das polícias estaduais, além do apoio decisivo dos jovens militares do tenentismo. Como representante do principal estado rebelde, Getúlio Vargas passou a responder oficialmente pelo movimento⁵⁰.

Interessante notar que a Aliança liberal não apresentava proposições inovadoras do ponto de vista da economia. O próprio Vargas havia sido ministro da fazenda de Artur Bernardes em 1926, cargo que ocupou por menos de um ano, tendo seguido a política convencional como típico representante do pacto político que privilegiava os interesses dos cafeicultores. Ao chegar ao poder em 1930, tinha a tarefa de administrar a política do café que estava em crise. E assim o fez, lançando medidas que impediram a quebra do setor cafeeiro durante a crise e permitiram o incentivo à transferência de investimentos da agricultura para a indústria. Em 1933 foi criado o Conselho Nacional do Café que representava a federalização da política cafeeira⁵¹. Deste modo, devemos pensar que a política econômica do governo provisório e do governo constitucional não representaram uma ruptura radical em relação ao passado. As mudanças e inovações foram acontecendo lentamente conforme as circunstâncias foram favorecendo-as⁵².

A Era Vargas foi definida como o conjunto de políticas econômicas e sociais introduzidas no país a partir de 1930 que marcaram o processo de industrialização, urbanização e organização da sociedade brasileira. Embora a política de governo não tenha sido exatamente homogênea durante os quinze anos em que Getúlio Vargas esteve no poder, alguns aspectos foram fortemente característicos deste período.

O modelo e o ideal de desenvolvimento da Era Vargas eram apoiados em um discurso nacionalista e numa política intervencionista voltada para a industrialização. A centralização administrativa e a forte ingerência estatal definiam a política industrial e comercial, estabeleciam as prioridades econômicas, permitiam o controle de preços, a fixação dos salários, as cotas de exportação, a fixação do câmbio e etc, ou seja, regulavam todo o planejamento da economia nacional. Outras peças fundamentais na composição da Era Vargas foram: a participação dos militares, o corporativismo sindical e o autoritarismo político⁵³.

⁵⁰ D'Araujo, Maria Celina. A Era Vargas. São Paulo: Moderna, 1997.

⁵¹ Ibidem.

⁵² ABREU, Marcelo de Paiva. Principais mudanças e inovações na política econômica entre 1930 e 1937. In.: Szmrecsányi, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). Getúlio Vargas e a economia contemporânea, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004, pág.64.

⁵³ ABREU, Marcelo P. 1990. "Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945". In: ABREU, Marcelo P. *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus. CAMARGO, Áspásia. "A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política" In: *A Revolução de 30*.

Desde os primeiros anos de governo foram criadas várias instituições importantes com funções regulatórias, de controle, coordenação e supervisão que começavam a sinalizar o futuro da centralização e intervenção estatal na economia. Em 1932 foi criado o Instituto do Cacau, responsável pelas políticas relativas a esse produto, em 1933 foi a vez da cana de açúcar, com a criação do Instituto do açúcar e do álcool, por meio do qual o governo passou a exercer rígido controle sobre o preço e produção destes produtos. Também fizeram parte do planejamento da economia a criação da carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil em 1937, do Instituto do Mate em 1938 e o do Pinho em 1941. Esses dados ajudam a fortalecer o argumento de controle sobre os recursos naturais para todo o período. Embora a industrialização só tenha recebido atenção especial do governo de 1934 em diante, a partir daí alguns recursos naturais foram geridos, controlados e cuidados de acordo com sua importância como matéria-prima para a indústria em expansão. Assim, durante a Era Vargas a presença do Estado foi obrigatória nos grandes empreendimentos econômicos que envolviam as riquezas naturais.

Os primeiros anos da Era Vargas foram marcados por constantes reformas no aparelho administrativo que visavam à centralização do exercício do poder. O aspecto centralizador esteve presente não só na organização e formação do Estado, o que acarretava modificações na máquina estatal, mas também nas ações de governo propriamente ditas, denotando uma política que buscava o controle, sobretudo, das esferas da produção nacional. Os empreendimentos do governo estavam especialmente voltados para o aproveitamento e defesa das riquezas nacionais. Sendo que a agricultura, a pecuária e a indústria extrativa constituíam a base de tal riqueza. Neste sentido, em consonância com o perfil centralizador e controlador da política de governo, as ações governamentais seguiam em prol da nacionalização, ou

Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1988; CARVALHO, José Murilo de. "Forças Armadas e política. 1930-1945". *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1988; D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*, 1997, op.cit., D'ARAÚJO, Maria Celina (org.), *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Editora FGV, 1999. DELGADO, Lucília, FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, vol.3: *Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III); FONSECA, Cristina Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): Dualidade Institucional de um bem público*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007 (Coleção História e Saúde). GOMES, Angela de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; IGLÉSIAS, Francisco. *Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo*. IN.; SZMRECSÁNYI, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004; LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Coleção Temas Brasileiros, 24. Rio de Janeiro-Brasília: CPDOC/FGV-Universidade de Brasília, 1983; VIANNA, Luiz Werneck. *O Estado Novo e a "ampliação autoritária" da República*. IN: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*, Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.

melhor, estatização dos recursos naturais. Eram apontados como importantes recursos naturais as terras cultiváveis, a água como fonte de energia hidráulica, as plantas nativas de valor econômico e as reservas minerais, por exemplo⁵⁴.

O plano de desenvolvimento varguista apostava na utilização intensa e racional do mundo natural como caminho para o crescimento econômico. Neste sentido, o conhecimento e integração do território eram fundamentais e uma importante frente de trabalho foi a ocupação das fronteiras, entendidas então como espaços vazios e com disponibilidade de recursos naturais. As políticas de ocupação territorial, modernização das regiões tidas como atrasadas e de expansão da autoridade estatal deveriam contribuir para a exploração das potencialidades econômicas de diferentes regiões do território. Contudo, para a realização de um bom planejamento era necessário o conhecimento das diferenças naturais e potencialidades geoeconômicas. O território deveria ser dividido e organizado por meio da reunião de características comuns de aspectos demográficos, produtivos, disponibilidade de infraestrutura e bases fisiográficas⁵⁵. Assim, foram promovidas pelo Estado diversas iniciativas para a elaboração de um novo mapa do Brasil, para a localização da nova capital federal no interior do país, determinações de limites estaduais, estudos sobre relevo, programas de colonização dirigida, monitoramento do processo de ocupação humana, dimensionamento de bacias hidrográficas, estabelecimento de padrões espaciais de cobertura vegetal e indução da expansão da fronteira agrícola, com políticas como a Marcha para o Oeste⁵⁶.

Após o demorado processo de reformulação do Ministério da Agricultura, que, a partir de 1930, passou por um período de sucessivas mudanças com a extinção, suspensão e criação de diversos órgãos consecutivamente, o JBRJ terminou permanecendo sob a tutela da referida pasta ministerial. No entanto, o estabelecimento passou a compor o Instituto de Biologia Vegetal, criado em 1933, juntamente com a Estação Biológica de Itatiaia. Portanto, a administração do JB e da EBI ficaram a cargo do diretor do IBV, posto que foi ocupado por Paulo Campos Porto. Ao IBV, inicialmente subordinado à Diretoria Geral de Pesquisas

⁵⁴ SCHWARTZMAN, Simon (org.). Estado Novo, op.cit., 1983.

⁵⁵ SILVA, Sandro Dutra e, TAVARES, Giovana Galvão, SÁ, Dominichi Miranda de, FRANCO, José Luiz de Andrade. A construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940). In: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*, 1ª.ed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2015; SÁ, Magali Romero, SÁ, Dominichi Miranda de. A ecologia do Planalto Central do Brasil: as pesquisas de Henrique Pimenta Veloso nos anos 1940. In: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões*, op.cit., 2015; ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945).*/ Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.

⁵⁶ SÁ, Magali Romero, SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ecologia do Planalto Central*, op.cit., 2015.

Científicas e depois ao Departamento Nacional da Produção Vegetal, coube a tarefa de realizar a pesquisa e a experimentação relativas à produção de matérias-primas e substâncias alimentícias.

O cargo de diretor do Instituto de Biologia Vegetal e a consequente direção do Jardim Botânico garantiram que Porto circulasse por alguns órgãos que reforçavam a sua participação na construção da política de gestão da natureza do governo Vargas. Embora tenha sido acionado em 1932 pelo Ministro da Agricultura Joaquim Francisco de Assis Brasil para compor a comissão que elaboraria a Lei de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, foi como representante do Instituto de Biologia Vegetal que fez parte do órgão responsável por colocá-la em prática. Porto não participou da comissão composta para a elaboração do Código Florestal de 1934, mas o superintendente do JBRJ era um membro nato do Conselho Florestal Federal, órgão instituído por este código. Do mesmo modo, teve um lugar assegurado na Comissão Executiva do PNI. Ademais, o cargo de diretor do IBV aumentava a proximidade com o ministro da agricultura Odilon Braga e o presidente da República.

Enquanto foi diretor do IBV, Paulo Campos Porto dirigiu o JBRJ e uma importante obra de sua primeira administração foi a reorganização da instituição. Este projeto tinha como propósito deixar o JBRJ a par dos melhores congêneres existentes, e, ao mesmo tempo, preservar sua característica de jardim tropical. O trabalho havia sido iniciado por Porto ainda nos últimos anos da administração de Pacheco Leão que lhe confiou esta missão. Ao assumir a direção do estabelecimento, o botânico pôde dar continuidade ao plano que idealizara. Procurou dar ao parque a feição de um instituto de ensino fazendo com que a distribuição das plantas seguisse, o quanto fosse possível, um plano por meio do qual seriam agrupadas, primeiro, segundo as famílias, depois, segundo exigências ecológicas: plantas umbrófilas, plantas aquáticas, plantas epífitas, plantas rupestres, etc. Além disso, havia também o planejamento dos grupos regionais. Em 1935 já estavam prontos os da região amazônica e da região nordestina e iniciado o da região do cerrado⁵⁷. Neste sentido o JBRJ estaria seguindo uma tendência de apresentação das plantas em seu habitat.

Um dos objetivos desta nova apresentação era reforçar o aspecto do ensino da botânica para especialistas, como vimos acima, mas também para o público em geral. A distribuição mencionada não proibia a organização de grupos especiais para embelezamento ou a localização de alguma espécie rara ou notável por alguma particularidade. Contudo, mesmo

⁵⁷ *Rodriguésia*, n.1, 1935, pág.15.

nesses casos, o agrupamento obedecia a uma orientação taxonômica: pérgolas de buganvílias, o roseiral, as folhagens, etc. O objetivo era facilitar a apreciação das plantas em todos os seus aspectos desde o morfológico até o econômico. Em 1935 existiam 5.105 espécies identificadas com indicações da nacionalidade e vantagens apresentadas. O periódico institucional que trazia estas informações destacava que as espécies correspondiam a 196 famílias e formavam uma das maiores exposições de plantas vivas em um jardim. Ressaltava ainda que o valor desta coleção estava aumentado pelo fato de não serem apenas espécies nacionais, mas estrangeiras também, principalmente as utilizadas na vida econômica⁵⁸.

Com a remodelação do Ministério da Agricultura no início da década de 1930, a criação do Instituto de Biologia Vegetal e a consequente subordinação do Jardim Botânico e da Estação Biológica de Itatiaia a este órgão, o periódico *Arquivos do Jardim Botânico* foi substituído pelos *Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal*. Esta nova revista continuava com o objetivo de divulgação dos trabalhos originais realizados pelos técnicos do Instituto ou por outros cientistas. No entanto, segundo o editorial dos novos *Arquivos*, a subordinação do IBV à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas lhe acarretava a missão, para a qual a revista deveria contribuir, de investigar os fenômenos pertinentes à biologia orientando suas pesquisas para os assuntos relacionados com a expansão, defesa e racionalização da agricultura brasileira⁵⁹.

O IBV foi extinto em consequência da criação do Serviço Florestal no mesmo Decreto-lei n. 982 de 23 de dezembro de 1938. O novo órgão era composto pelas Seções de Botânica (Jardim Botânico), de Silvicultura, de Tecnologia de Produtos Florestais e de Parques Nacionais. Deste modo, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro passou a ser uma das seções do recém-criado Serviço Florestal, dirigido por Francisco de Assis Iglesias. Esta reforma do Ministério da Agricultura, que acabou por transformar o JBRJ em uma seção do Serviço Florestal, ocorreu em um momento no qual Paulo Campos Porto estava sendo afastado de seu cargo para a realização de investigações que apurariam denúncias feitas por Adolpho Ducke. O jornal "O Globo", de 3 de janeiro de 1939, ao noticiar o afastamento provisório de Porto da direção do JB, termina assim a reportagem:

(...) inútil será dizer que como a sua competência científica se iguala a sua dedicação ao serviço público, ao seu espírito de organização atestado pelas novas feições que tem assumido o Jardim Botânico em matéria de racionalização e ordem, todos os que se interessam por essa bela instituição e

⁵⁸ *Rodriguésia*, n.1, 1935, pág.15.

⁵⁹ *Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal*, V1, N1, 1934.

nela trabalham, estão impacientes pelo regresso daquele diretor, cuja ação exemplar tem sido de tanta utilidade para o governo, e de estímulo para os seus auxiliares .

Embora tenha tomado consideráveis proporções, tendo sido noticiado e discutido pela imprensa, o episódio não ficou totalmente esclarecido em minha pesquisa. As reportagens dos jornais não apontaram diretamente o teor das denúncias feitas por Ducke e não foram encontrados outros documentos que falassem abertamente sobre estas. Em linhas gerais, Adolpho Ducke apresentou denúncias contra a administração de Paulo Campos Porto. Este pediu afastamento do cargo para não prejudicar as investigações. Foi aberto um inquérito e meses depois o processo foi arquivado pois nenhuma das acusações foi comprovada. O denunciante foi suspenso de suas funções por acusar sem provas e Paulo Campos Porto também foi suspenso por ter se excedido em sua defesa empregando linguagem violenta.

Tal episódio e seus desdobramentos chegaram a ser apontados como precipitadores da transformação do JBRJ em “uma simples seção do Serviço Florestal”, tendo este ato sido compreendido como uma diminuição para a instituição . O Jornal do Comércio, de 12 de março de 1940, informou que Adolpho Ducke havia pedido ao chefe do governo o cancelamento da pena de 3 meses de suspensão que lhe foi imposta pelo ocorrido. Assim, o presidente da República proferiu despacho revogando as penalidades impostas a Ducke e a Paulo Campos Porto. No entanto, Porto permaneceria afastado do JBRJ por mais de uma década.

A verdade é que, entre os anos de 1938 e 1939, Paulo Campos Porto se afastou, ou foi afastado, dos órgãos de que fazia parte, além do JBRJ. Em 1938 deixou de fazer parte do Conselho Florestal Federal. Contudo, em repetidas oportunidades, o botânico já havia manifestado a opinião de que era difícil manter o seu compromisso com o referido órgão por conta das atribuições que lhe eram impostas pelos cargos que ocupava. Com a extinção do Instituto de Biologia Vegetal perdeu o cargo de diretor, o que pode justificar o afastamento da presidência do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, em 1939, pois a sua própria permanência neste órgão era como representante do primeiro.

Há dois fatos que não podemos ignorar como possíveis causas do que pode ser considerado um enfraquecimento político do botânico. Primeiro, é o afastamento do ministro da agricultura Odilon Braga. Com a instauração do golpe político de Getúlio Vargas, Odilon Braga, que se opôs veementemente a esta situação, foi afastado do governo. Paulo Campos Porto tinha uma relação de grande proximidade e um canal direto de comunicação com o

então ex-ministro da agricultura e pode ter ficado sem bases de sustentação nos cargos que ocupava, todos pertencentes ao referido ministério. O outro fato é que mesmo tendo sido até então partidário do Governo Vargas (também não encontramos nenhuma manifestação sua contrária ao golpe), pode ter perdido espaço político nas mudanças administrativas ocorridas no período pós-1937.

Contudo, a partir dos resultados gerais de minha pesquisa há um terceiro fator a ser levado em consideração numa tentativa de explicar o fim do IBV. A extinção do órgão ocorreu justamente num momento da Era Vargas no qual a atenção começava a ser voltada verdadeiramente para o desenvolvimento industrial. A partir desta perspectiva, a reformulação da pasta ministerial que extinguiu o IBV e criou o Serviço Florestal não teria nada a ver com crises internas no JBRJ ou querelas políticas envolvendo Paulo Campos Porto. Seria fruto da política de governo que demandou reformas em um dos ministérios de modo a corresponder aos interesses e prioridades do Estado.

Desde 1938 uma série de acontecimentos e incidentes parecem ter colaborado para um afastamento de Paulo Campos Porto do Ministério da Agricultura e dos órgãos a este subordinados. Embora em minha pesquisa exista uma lacuna na trajetória de Paulo Campos Porto entre os anos de 1940 e o final de 1942, quando assumiu a Secretaria de Agricultura da Bahia, tive acesso à informação de que até esta ocasião o botânico encontrava-se cedido ao Ministério das Relações Exteriores⁶⁰. Porto foi nomeado para o cargo em 28 de novembro de 1942 e tomou posse em 11 de dezembro de 1942, numa cerimônia presidida pelo Interventor Federal do Estado Renato Aleixo Pinto. Este assumiu como interventor do Estado da Bahia em novembro de 1942, cargo que ocupou até 1945. No discurso que pronunciou na cerimônia de posse de Campos Porto, Aleixo Pinto justificou a escolha do botânico pelo desejo de colocar a frente da Secretaria de Agricultura “um técnico renomado” que pudesse desenvolver o programa necessário ao cumprimento dos propósitos do órgão. Não localizei muitas informações que estabelecessem ligações políticas que explicassem a escolha de Porto para assumir a Secretaria em Salvador. Uma suspeita seriam relações (inclusive de parentesco) com a família Calmon, tradicional família baiana pertencente à fração agrária e comercial dominante do Recôncavo Baiano, e que, na segunda metade do século XIX, participou da condução do processo de institucionalização da agronomia enquanto campo científico que levaria à recuperação da agricultura na Bahia⁶¹. Como já mencionei anteriormente, Paulo

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2010.

Campos Porto era cunhado de Miguel Calmon Du Pin e Almeida Filho, casado com sua irmã Olga Campos Porto.

Paulo Campos Porto assumiu as funções de seu cargo alguns meses depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O governo varguista, que até então adotava uma postura de neutralidade, ingressou no conflito em fins de agosto de 1942 em reação a ataques sofridos por navios mercantes e de passageiros brasileiros, e devido também à crescente pressão internacional por um posicionamento. No âmbito dos Acordos de Washington, como ficaram conhecidos uma série de acordos assinados entre 1942 e 1943 pelos governos brasileiro e norte-americano, foi acertado o fornecimento de certas matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana como, por exemplo: ipecacuanha, aniagem, linters de algodão, timbó, babaçu, mamona, borracha manufaturada, café, cacau, castanha-do-pará, cristal de rocha, mica, rutilo, flores de piretro, cera de carnaúba, cera de urucuri⁶². Sendo assim, além de posteriores ações militares, neste período foi iniciada uma mobilização geral e tomadas providências para o aumento da produção agrícola e da indústria extrativa, sobretudo de matérias-primas estratégicas a serem enviadas aos países aliados⁶³.

Durante a administração de Paulo Campos Porto, a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia buscou intensificar a produção agrícola e colaborou com a organização da produção nacional. Em resposta a solicitações do Ministério da Agricultura, que visava orientar um plano de expansão agrícola nacional, foram realizados levantamentos sobre os municípios baianos produtores de feijão, milho, arroz, amendoim, mamona, mandioca, batatas e carnaúba. A pasta ministerial pedia, e obteve resposta, para que fossem indicados os municípios que poderiam aumentar imediatamente sua capacidade de produção caso fosse facilitado o transporte e assegurado um preço adequado para a aquisição⁶⁴.

Como traço forte de sua passagem pela administração pública na Bahia, Paulo Campos Porto se envolveu na criação do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal. Propositamente (o dia 19 de abril, aniversário de Getúlio Vargas, foi instituído durante o Estado Novo como uma data nacional festiva publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia no dia 19 de abril de 1943 o decreto-lei n.12.729 que criou o parque fez parte das homenagens do governo baiano ao Presidente Getúlio Vargas pelas comemorações de seu aniversário. O

⁶²Verbete Acordos de Washington. Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro Pós-1930. Consultado em 12/06/2017 em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>

⁶³ SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, 3 ed., Barueri, SP: Manole, 2003.

⁶⁴ Correspondências e documentos administrativos. Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia- Seção de Arquivo Republicano- Documentação da Secretaria da Agricultura.

parque instituído “com prerrogativas de monumento nacional”, deveria servir de marco à unidade nacional e ficaria diretamente subordinado à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia, e administrado pelo Departamento de Terras e Proteção à Natureza deste mesmo órgão. Os objetivos do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, criado numa região do município de Porto Seguro, eram rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil, preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas, conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que pudessem desenvolver o turismo⁶⁵.

A exposição de motivos e a minuta do decreto a ser lavrado foram encaminhadas por Paulo Campos Porto ao interventor do Estado no dia 30 de março de 1943. A tramitação da proposta foi acelerada de modo que o pronunciamento do Departamento Administrativo ocorresse a tempo de o decreto ser lavrado no dia 19 de abril⁶⁶. O Monte Pascoal, primeiro ponto das terras brasileiras que teria sido avistado no dia do “descobrimento” e localizado na região que abrigaria o parque, foi apontado como um marco da história do país e que por isso deveria receber cuidados especiais dos poderes públicos. Justificando esse argumento Paulo Campos Porto mencionou o artigo 134 da Constituição Federal de 1937 que colocava sob a proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios, os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais, particularmente dotados pela natureza, e previa os atentados contra eles cometidos, equiparando-os aos praticados contra o patrimônio nacional⁶⁷.

A outra justificativa apresentada estaria localizada “no setor das ciências naturais” que vinham indicando “atenções desveladas e um trato cuidadoso das coisas da natureza”. Neste sentido Porto mencionou que em 1934 o Instituto de Biologia Vegetal do Rio de Janeiro delineou um plano cíclico visando criar um conjunto articulado de instituições que tornasse possível o estudo racional e sistemático das ciências naturais. Foram citados como resultados os Parques Nacionais de Itatiaia, Iguaçu e Serra dos Órgãos que seriam de grande importância para a ciência e para o turismo, além de garantia de proteção aos mananciais que brotam nestas zonas e beneficiam milhares de brasileiros. As deliberações da Primeira Reunião Sul-americana de botânica também foram lembradas no que tange aos apelos para a criação de

⁶⁵Decreto-lei nº12.729 de 19 de abril de 1943. Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Cidade do Salvador, 19 de abril de 1943.

⁶⁶GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pág.66.

⁶⁷ Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Cidade do Salvador, 19 de abril de 1943. Secretaria da Agricultura- Exposição de Motivos, pág.2147.

jardins botânicos regionais, estações biológicas, reservas e parques nacionais⁶⁸. Lembrando que a proposta de solicitação aos governos dos Estados do Nordeste brasileiro da adoção de medidas de conservação das formações florestais daquela região é uma das deliberações resultantes deste evento científico.

Getúlio Vargas, ao retornar à presidência em 1951 através de eleições realizadas no ano anterior, não demorou mais que três meses para nomear Porto diretor do Jardim Botânico. Sua volta ao JBRJ foi noticiada não apenas nas páginas de *Rodriguésia*, periódico institucional criado em 1915. Jornais de ampla circulação divulgaram o retorno do diretor e as realizações do passado e também acompanharam o que estava sendo feito na atual administração⁶⁹.

Durante o período 1951-1961 alguns jornais divulgaram notícias acerca das atividades científicas realizadas no JBRJ. De modo geral, estas reportagens traziam as seguintes informações: enriquecimento das coleções a partir da introdução constante e determinação de novas plantas, intenso intercâmbio de publicações e espécies com instituições congêneres do exterior, excursões de naturalistas ao interior do país, reorganização científica do arboreto, dentre outras. Também eram noticiados o “embelezamento” do JBRJ, a difusão de conhecimentos ligados à flora nacional, campanhas de reflorestamento e a realização de exposições periódicas de flores ornamentais⁷⁰. Destaque deve ser dado para uma obra promovida pela diretoria em 1954 buscando solução para o problema da escassez de água. Com o apoio da diretoria de águas e esgotos da Prefeitura do Distrito Federal, a diretoria instalou poços artesianos no parque, estabelecendo uma rede de distribuição destinada a coleções e estufas⁷¹.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Não me é possível mensurar o quanto o diretor e a instituição estavam presentes nos noticiários dos jornais cariocas e/ou nacionais, tanto no que se refere a este período quanto a todo o recorte cronológico desta pesquisa. Primeiro porque este seria um trabalho que demandaria um esforço enorme ao qual não me propus por não julgar essa mensuração de grande pertinência para a tese. Segundo, não tenho a noção da proporção quantitativa destas notícias no universo dos jornais justamente por trabalhar muitas vezes (não apenas) com as reportagens que compõem livros de recortes de jornais que fazem parte do acervo da Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Há ainda um aspecto a ser destacado nesta informação. Acredito que o conjunto destas reportagens que constituem o material de pesquisa acima mencionado tenha sido ao longo dos anos produzido pelo próprio Paulo Campos Porto ou por alguém seguindo suas orientações.

⁷⁰ Correio da Manhã, 09/01/1957.

⁷¹ Cinco mil novos espécimes vegetais para o Jardim Botânico- Plantas de todas as partes do globo, entre as quais vegetais carnívoro procedentes da Alemanha- Intercâmbio - *Correio da Manhã*, 21/02/ 1954; Enriquecem-se as coleções do Jardim Botânico- Novas espécies vegetais chegam àquele parque- Atividades científicas e intercâmbio com instituições congêneres- *Diário de Notícias*, 21/03/1954.

Em 1961, alguns botânicos foram a público pedir a saída do diretor. Alegavam que Paulo Campos Porto tinha direito a aposentadoria compulsória, mas conseguia se manter no cargo por conta de injunções políticas e mesmo contra a vontade do ministro da agricultura Romero Cabral da Costa. Paulo Occhioni⁷², Aparício Pereira Duarte⁷³, Armando de Matto Filho⁷⁴, Edmundo Pereira, Joaquim Falcão, Luis Edmundo Paes⁷⁵, José Correia Gomes, Carlos Toledo Rizzini⁷⁶, Vandete Falcão, Ida de Vátimo⁷⁷ e Odete Pereira Travassos⁷⁸, todos pesquisadores do JBRJ, pediam que as famosas vassouradas de Jânio Quadros fossem dadas na instituição. Alegavam ainda que o diretor estava com obsessão pelas inaugurações, cunhagem de medalhas de bronze, selos comemorativos e outras coisas, sem sequer manifestar o interesse de visitar um laboratório. As salas destinadas às atividades dos naturalistas encontravam-se sem as mínimas condições de trabalho. Por esses motivos os pesquisadores queriam um novo diretor, “de mentalidade arejada e botânico de fato”, preocupado com os problemas científicos e que possibilitasse um ambiente propício à pesquisa botânica⁷⁹.

Deste modo, sem ser uma unanimidade na instituição e recebendo críticas num tom bem diferente das saudações que lhes foram destinadas quando de seu retorno, Paulo Campos Porto deixou o cargo de diretor no ano de 1961. Faleceu em 6 de novembro de 1968. Na

⁷² Paulo Occhioni (1915-2000) - Trabalhou no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e foi professor de botânica e diretor do herbário do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁷³ Aparício Pereira Duarte (1910-1984) - Nascido em Minas Gerais, estudou no então denominado Aprendizado Agrícola, situado em Barbacena, MG, onde recebeu o diploma de chefe de culturas. Ingressou no JBRJ como fitólogo, em 1933. Foi chefe de culturas e depois foi para o Museu Nacional, como naturalista-auxiliar, entre 1945 e 1946. Retornou ao JBRJ em 1946 onde permaneceu até sua aposentadoria, em 1967.

⁷⁴ Armando de Matto Filho (1916-?) - Nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Foi chefe da Seção de Anatomia de Madeiras do JBRJ durante quarenta anos. Foi vice-diretor nas gestões de Ivan Fernandes a Antonio Dantas Machado (de 1980 a 1988).

⁷⁵ Luis Edmundo Paes (?) - Natural de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Engenheiro agrônomo pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural. Ingressou no quadro de pesquisadores de botânica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1943. Assumiu a direção da instituição entre 1968 e 1971.

⁷⁶ Carlos Toledo Rizzini (1921 - 1992)- Nasceu em 18 de abril de 1921, em Buquira, hoje Monteiro Lobato, no Estado de São Paulo. Foi um médico, botânico e micólogo brasileiro. Formado em Medicina, exerceu a profissão durante alguns anos, mas decidiu-se pela Botânica, ingressando como naturalista, por concurso, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1946.

⁷⁷ Ida de Vattimo Gil (1928-1993)- Nasceu no Rio de Janeiro em 6 de janeiro de 1928. Licenciou-se em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRJ, mas posteriormente inclinou-se às Ciências Naturais, participando de cursos sobre Fitognóssia Analítica Aplicada, Levantamentos Biológicos, Fisiologia Vegetal e outros. Exerceu os cargos de naturalista-auxiliar no Museu Nacional (1948-1952), auxiliar de ensino botânico na UERJ (1951), professora titular de botânica aplicada à farmácia na UFF (1968-1975) e pesquisadora do JBRJ até aposentar-se em 1982.

⁷⁸ Odette Pereira Travassos (1923-1991). Nasceu no Rio de Janeiro em 24 de julho de 1923. Era filha do helmintologista Lauro Travassos. Formou-se em História Natural pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e aperfeiçoou-se em botânica. Ingressou no JBRJ em 1956, onde trabalhou por toda a vida.

⁷⁹ Pesquisa científica morre lenta no Jardim Botânico - *Diário de Notícias*, 07/02/61; Pesquisadores querem novo diretor no Jardim Botânico - *A Noite*, 15/02/61.

Rodriguésia publicada em 1971 meia dúzia de linhas foram destinadas a registrar o seu falecimento, de forma bastante discreta se comparada às notícias de pesar pelo falecimento de outros botânicos. Em 9 de janeiro de 1969 foi também homenageado pelo diretor do JBRJ com a inauguração de uma sala e uma aléia em seu nome⁸⁰. Homenagens menos pomposas do que as que Paulo Campos Porto estivera acostumado a receber em vida. Talvez porque já não fosse mais “um homem de Vargas” e porque os anos de Vargas já tinham ficado para trás fazia algum tempo.

De Reserva Florestal a Parque Nacional de Itatiaia

Durante os primeiros anos como naturalista auxiliar do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Paulo Campos Porto participou de expedições, publicou artigos e fez parte da comissão de redação dos *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, além de ter promovido a reorganização do herbário e participado de outras atividades. No entanto, ao que parece, a atividade que mais lhe tomou a atenção foi a constituição da Reserva Florestal de Itatiaia e, posteriormente, a chefia da Estação Biológica de Itatiaia.

(...) No correr da vida, formulei dois grande ideais de trabalho: o primeiro foi a criação de parques nacionais e de regiões florísticas, santuários da fauna e flora destinados a conservar os aspectos originais da natureza brasileira; o segundo foi o de reorganizar o Jardim Botânico dando-lhe feição mais educativa e aprimorando-lhe as possibilidades de pesquisa científica⁸¹.

O envolvimento de Porto com as terras que futuramente constituiriam o Parque Nacional de Itatiaia (o estabelecimento da Reserva Florestal, a criação da Estação Biológica do JB e os esforços em prol do parque nacional) pode ser apontado como importante passo na concretização dos dois ideais de trabalho que o botânico disse ter formulado. Contudo, tais frentes de trabalho devem ser compreendidas também a partir de suas relações com as políticas governamentais de gestão da natureza: o estudo das potencialidades; o conhecimento

⁸⁰ *Rodriguésia*, V.26, N.38, 1971.

⁸¹ Um bronze no Jardim Botânico- O 40 aniversário de serviço público de Campos Porto. Correio da Manhã, 13/10/1954.

e ocupação do território nacional; a criação de reservas de recursos e a nacionalização da natureza brasileira. A criação da Estação Biológica subordinada ao JBRJ ampliou muito as possibilidades de pesquisa científica da instituição ao fornecer a estrutura e o apoio fundamentais para a realização de inúmeros estudos acerca da flora local. Contudo, os resultados positivos alcançados nestes projetos requalificados como iniciativas individuais foram também tributários do espaço que estes ocupavam na agenda estatal, do fato de terem sido possibilitados por uma conjuntura que os facilitava e, dado adicional mas não central, também através de ações empreendidas por Porto enquanto um burocrata prestigiado.

O estudo e a conservação das terras de Itatiaia estiveram entre as atividades às quais Paulo Campos Porto mais se dedicou ao longo de sua carreira, sobretudo até a década de 1940. Ao menos desde 1908 atuou coletando espécies, realizando estudos e, a partir de 1914, empenhado na criação da Reserva Florestal que podia propiciar, como fez, um campo de coleta e estudo. Nos anos de 1920 e 1930 prosseguiu nos trabalhos de constituição e chefia da Estação Biológica e na articulação política em torno da criação e organização do parque nacional. Sua presença na região e o envolvimento em atividades referentes a ela foram constantes ao menos até o início da década de 1940, já após a criação do parque nacional. No entanto, poucos são os trabalhos que, ao fazer alusão à criação do Parque Nacional de Itatiaia, mencionam Campos Porto. Mesmo a existência prévia da Estação Biológica de Itatiaia e a participação do JBRJ neste processo são pouco conhecidas em seus detalhes. Na verdade, a criação do primeiro parque nacional brasileiro ainda é um ponto muito pouco estudado por nossa historiografia, mesmo a de cunho ambiental.

Especificamente sobre a criação do PNI posso apontar a dissertação de mestrado de Célia Maria de Toledo Serrano, escrita no início da década de 1990⁸². Trata-se de uma análise sociológica que tem por objetivo esboçar uma história do lugar- Itatiaia traçando o movimento de construção de sua identidade (enquanto lugar de constituição do saber científico, lugar de geografia peculiar, lugar de prática de montanhismo, etc) que culmina na “invenção” de Itatiaia como um lugar de natureza exemplar e digno de ser protegido. A perspectiva da autora é a de que lugares, em especial alguns tipos de lugares, são frutos do investimento de sentidos e valores atribuídos pela sociedade. Serrano parte das mudanças de sensibilidades e atitudes frente à natureza que levaram os norte-americanos, em fins do século XIX, a conceber a ideia da criação de parques nacionais como pedaços do território que deveriam ser perpetuados em

⁸²SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

seu estado natural. Ela tenta estabelecer conexões entre o contexto de transformações acima e a ideia de proteção à natureza no Brasil, buscando identificar as atitudes sensíveis à destruição da natureza que se manifestaram no país até a década de 1930, quando o primeiro parque nacional foi efetivamente criado. A autora discute a influência das tendências conservacionistas e preservacionistas norte-americanas no processo de concretização das ações de proteção à natureza no Brasil, reconhecendo, porém, a existência de peculiaridades nas formas nacionais de apropriação da natureza.

A partir daí analisa o processo de “invenção” do Itatiaia enquanto um lugar exemplar da natureza e sua conseqüente transformação no primeiro parque nacional brasileiro. Nesta análise acerca do processo que culmina na proteção da região, a autora inclui a implementação da Reserva Florestal, da Estação Biológica e a relação destas com a criação do Parque Nacional de Itatiaia. Serrano também destacou as muitas referências que encontrou sobre o envolvimento de Paulo Campos Porto no processo que analisou e na produção de conhecimento científico sobre a região do maciço de Itatiaia. Contudo, não se aprofundou na análise das instituições que antecederam o PNI e nem na participação do botânico. Embora a autora tenha inserido a criação do PNI no “contexto político nacionalista-populista da década de 30” não articulou este com a política protecionista varguista, cuja complexidade que busquei reconstruir, auxilia na compreensão do processo de transformação daquela região numa área protegida. Serrano sugere, a partir de pistas esparsas e depoimentos informais, que a criação do PNI possa ter tido algum caráter estratégico para o governo. Porém, aponta apenas as vantagens dessa escolha para o turismo da região e as facilidades que oferecia (“parque pronto”, terras da União). Não procurou estabelecer reflexões acerca dos motivos que levaram a ocorrer ali a concretização da ideia do primeiro parque nacional brasileiro.

Em seu estudo sobre a devastação e a preservação ambiental no Estado do Rio de Janeiro⁸³, José Augusto Drummond apresenta as características de quatro parques nacionais fluminenses: o Parque Nacional de Itatiaia, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Drummond analisou o processo de devastação das florestas do Rio de Janeiro desde os usos que os indígenas fizeram dessas áreas até o estrago deixado pelas diferentes atividades econômicas que afetaram a Mata Atlântica fluminense como a produção da cana-de-açúcar, os cafezais, as pastagens e a construção de estradas. De acordo com o autor, a Mata Atlântica foi a maior extensão

⁸³DRUMMOND, J. A. L. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

contínua de florestas tropicais destruídas pela espécie humana em tempos históricos e a atividade humana no Rio de Janeiro após 1600 foi decisiva nesse processo destrutivo⁸⁴. Assim, os parques nacionais criados no Estado protegeriam o que restou da Mata Atlântica podendo ser considerados resultados importantes da política brasileira de conservação da natureza.

De acordo com Drummond o processo de alteração humana do ambiente fluminense, iniciado pelos ameríndios do sudeste brasileiro, se acelerou a partir dos engenhos de cana-de-açúcar nos Campos dos Goitacazes e outros trechos da planície costeira em fins do século XVI, das rotas de mineração entre os portos costeiros e as Minas Gerais do século XVIII e principalmente das fazendas de café do século XIX. Estes três conjuntos de atividades teriam forjado o padrão de intensificação do uso das terras fluminenses após o século XVI e condicionado, em época recente, a seleção das áreas que constituiriam os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro⁸⁵.

Uma interessante constatação realizada pelo autor é a de que todos os quatro parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro teriam sido em algum grau afetados pelas grandes fazendas de café⁸⁶. Ao fazer esta afirmação, Drummond destacou o que seria uma contradição inerente aos parques nacionais fluminenses, pois, se essas áreas haviam sido concebidas para preservar as localidades em seu estado natural, as terras do Rio de Janeiro eram uns dos locais mais inadequados para localizar quatro delas⁸⁷. Segundo o autor, o RJ é o estado brasileiro mais afetado pela destruição de florestas tropicais e nenhuma outra unidade da federação sofreu ou continua a sofrer mais as consequências deste desmatamento do que este Estado.

As regiões onde foram criados os quatro parques nacionais analisados tinham um largo histórico de uso humano, mas abrigavam áreas relativamente poupadas da devastação, posteriormente convertidas em áreas de conservação. Drummond faz um histórico da ocupação humana das terras de Resende onde foi criado o primeiro parque nacional brasileiro. Resende nasceu como ponto de parada de tropa de burros que eram as trilhas do tráfico mineiro ligando o litoral às Minas Gerais. Com o declínio da produção mineira, as trilhas

⁸⁴Idem, pág.79.

⁸⁵ Ibidem, pág.85.

⁸⁶ Ibidem, pág.134.

⁸⁷Ibidem, pág.134. Atualmente o Estado do Rio de Janeiro abriga cinco parques nacionais: Parque Nacional de Itatiaia, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Parque Nacional da Tijuca e Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. O quinto a ser criado, em 1998, foi o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Está localizado na cidade de Macaé- RJ, numa área de 14.867,28 hectares e conserva bioma marinho costeiro. Informações disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2013/12/livro-traz-informacoes-sobre-parques-nacionais-do-rj> ; <http://www.icmbio.gov.br/parnajurutiba/>

chamaram a atenção de ex-mineradores para as terras do Vale do Paraíba que eram boas para o cultivo de café. O autor narra o apogeu e a crise do café na região, bem como o uso posterior das terras já esgotadas pela pecuária (conversão das terras exauridas em pastagens) e a instalação de núcleos coloniais que teriam sido implantados justamente em áreas relativamente poupadas ou esquecidas pela lavoura cafeeira.

De modo geral, Drummond apresenta as características naturais, o processo de ocupação humana, a criação, a administração, as atrações e a situação atual de cada um dos parques analisados. Apresenta o PNI como primeiro resultado concreto do Código Florestal de 1934, documento legal que, pela primeira vez, fez referência à existência de parques nacionais no país. O autor comenta que, no decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia, são enfatizadas suas finalidades científicas e que a Estação Biológica é utilizada como antecedente ou justificativa para sua implementação. No entanto, não realiza uma análise detalhada da EBI ou da criação do PNI, também não menciona a participação de Paulo Campos Porto neste processo.

Em “A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais” Márcio Mota Pereira tem como principal objetivo compreender como se deu a política de criação de parques nacionais no Brasil e apresenta a criação do Parque Nacional de Itatiaia como um estudo de caso⁸⁸. O autor inicia o trabalho apresentando um breve histórico das atividades econômicas que mais teriam acarretado a devastação ambiental no Brasil e os instrumentos criados para reduzir os danos causados. Pereira considera o período que vai de 1934 a 1939 como um dos mais representativos para a história ambiental brasileira devido às legislações e inovações governamentais apresentadas neste sentido e, dentre estas, destaca e analisa a criação dos parques nacionais, “uma das várias qualidades de unidades de conservação estabelecidas enquanto metodologia responsável por diminuir o avanço exploratório sobre um bioma específico”⁸⁹.

Ao analisar o primeiro parque nacional brasileiro, Pereira busca descrever o contexto ambiental, localização geográfica, geologia, hidrografia, pluviometria, vegetação e fauna, analisando os aspectos naturais da região. O autor também utiliza como fonte memórias de naturalistas e viajantes europeus que estiveram em Itatiaia no século XIX e deixaram suas impressões e conhecimento produzido acerca da região. Apresenta ainda um histórico da

⁸⁸PEREIRA, Márcio Mota. *A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais*. Dissertação de Mestrado- Centro de Pesquisa e Documentação de história Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013, 149 p.

⁸⁹ Idem, pág.6.

ocupação das terras de Itatiaia, desde as primeiras populações indígenas que habitavam a região até a formação dos núcleos coloniais no início do século XX, bem como discute os efeitos da produção de café no Vale do Paraíba. O estudo sobre o PNI realizado por este autor estende-se até praticamente os dias atuais, mencionando, inclusive, a problemática que envolve a existência de propriedades privadas dentro dos limites do parque.

Acerca da criação propriamente dita desta área de proteção, Pereira apresenta a Estação Biológica de Itatiaia como sua precursora. Não utilizo este caminho analítico pois, embora a EBI tenha servido de base material para a criação do parque, acredito que este tipo de afirmação simplifica demais a sua própria existência enquanto braço institucional de um órgão que tinha suas próprias especificidades e diretrizes. A EBI acarretava a proteção daquelas terras em um momento no qual a criação de parques nacionais não encontrava amparo legal, mas não deixou de realizar experiências que eram próprias do tipo de instituição à qual pertencia e que não seguiam exatamente os moldes de áreas de preservação como aquelas. É preciso lembrar, por exemplo, que foram realizadas ali experiências de aclimatação de espécies exóticas de importante valor econômico, o que poderia interferir também na composição da vegetação. O autor afirma que o novo parque teria sido “inserido nas terras da antiga Estação Biológica de Itatiaia, subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro”⁹⁰. Contudo, a EBI ainda estava em funcionamento em 1937 e assim continuou ao menos até 1941, ou seja, após a criação do parque. Em minhas pesquisas localizei uma folha de frequência dos empregados da EBI com data de maio de 1941. Desta constavam apenas seis funcionários, na categoria de “diaristas”. Ao comparar com outras a que tive acesso, relativas aos anos de 1929 e 1933, constatei que nestas anteriores o número de funcionários era bem maior, 13, e estes ocupavam categorias diferenciadas: auxiliar técnico, aprendiz e trabalhadores de primeira, segunda e terceira classes⁹¹.

Dentre estes poucos trabalhos que se propuseram a contar um pouco da história do Parque Nacional de Itatiaia está o livro *Itatiaia: o caminho das pedras*, do jornalista Marcos Sá Correa. Esta obra, para o grande público, não tem como objetivo específico analisar historicamente a região ou o parque nacional. Busca apresentar Itatiaia, através de suas fotos e de seu texto, a um leitor que, após as primeiras páginas da leitura, passa a compreender a importância e a especificidade daquelas montanhas cercadas de mata que compõem a paisagem da Serra da Mantiqueira e que são resquícios e recordações da Mata Atlântica, que

⁹⁰ Ibidem, pág. 65.

⁹¹ Folha de frequência da Estação Biológica de Itatiaia- 1941. Documento consultado no Parque Nacional de Itatiaia.

um dia existiu e ajudou a construir a identidade do Brasil como o país gigante pela própria natureza⁹².

Paulo Campos Porto considerou a criação do Parque Nacional de Itatiaia um marco em sua trajetória. O botânico mobilizou esforços que colaboraram para a concretização deste empreendimento, que em suas memórias foi transformado num projeto individual. Porém, a realização de seu “ideal” resultou de uma conjuntura favorável, do lugar privilegiado que ocupava na burocracia estatal e das múltiplas facetas em jogo na criação do primeiro parque nacional brasileiro. É inegável que Porto exerceu um papel fundamental neste processo, principalmente enquanto um articulador das muitas demandas e interesses a serem contemplados com este acontecimento.

O decreto nº 23793 de 23 de janeiro de 1934 inaugurou o primeiro Código Florestal brasileiro. Pela primeira vez no país, um dispositivo legal fazia alusão à existência de parques nacionais, estaduais ou municipais⁹³. Porém, a criação do primeiro parque nacional brasileiro só se deu alguns anos após a publicação do Código Florestal de 1934 com a escolha das terras de Itatiaia para tal empreendimento. Contudo, a ideia da criação de parques nacionais no Brasil não foi uma proposta nascida em 1937. Em 1876, no artigo intitulado “Parques Nacionais”, André Rebouças analisou os resultados da criação do primeiro parque nacional norte-americano e argumentou a favor da criação de tal área no Brasil. Esta questão se manteve em voga na passagem do século XIX para o XX, sendo fomentada por grupos identificados com a causa da proteção à natureza. Nas primeiras décadas do século XX foram constantes os debates sobre este tema e, nesses anos, eram frequentes as referências ao artigo de Rebouças, que se tornou uma espécie de texto fundador e/ou bandeira de luta a qual os simpatizantes da causa costumavam se remeter. De algum modo, pode-se dizer que inventaram para si uma origem, uma filiação.

A questão da criação de parques nacionais no Brasil esteve na pauta conservacionista nas primeiras décadas do século XX. Intelectuais e homens de ciência como Paulo Campos Porto estiveram empenhados no debate deste tema que tinha uma considerável circulação no meio científico e era abordado nos periódicos institucionais e em eventos como a já mencionada Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934. Entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX foram discutidas ideias acerca da criação de parques nacionais no Brasil, sobretudo em ocasiões onde a proteção da natureza

⁹² CORREA, Marcos Sá. Itatiaia- O caminho das pedras. São Paulo: Metalivros, 2003.

⁹³Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

estava em questão. Porém, essas manifestações não eram unânimes quanto à finalidade e localidade do que viria a ser o primeiro parque nacional do Brasil.

Os anos de 1930 construíram o cenário perfeito para que o primeiro parque nacional brasileiro fosse enfim lançado. Ainda sob o efeito da Revolução de 30 havia toda uma atmosfera marcada pelo desejo de mudanças. Reformas estavam ocorrendo ou sendo desenhadas nos mais diversos planos. Politicamente estava em curso um processo de centralização administrativa que incluía a gestão da natureza através de um conjunto de instrumentos legais e de instituições que serviam a este fim. O ideal de modernização também incorporava a criação de um parque nacional, pois o Brasil estaria seguindo o exemplo de uma série de nações modernas nas quais já existiam estas áreas protegidas. O nacionalismo que caracterizava o período e o aparato ideológico que o fortalecia e justificava o autoritarismo do Estado também estavam afinados com a ideia de reservar a título de parque nacional uma área de natureza exemplar tanto no que se refere à sua beleza, quanto aos seus atributos científicos ou mesmo ao seu potencial simbólico enquanto um representante da grandiosidade da nação brasileira. Neste sentido o importante papel desempenhado por Porto foi o de articular o contexto (nacionalista, autoritário, ideológico), as demandas (científicas, sociais, políticas, econômicas, regionais e nacionais) e as condições que reuniu (cargos e relações privilegiadas) para alcançar a aprovação do projeto.

De acordo com o decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia, essa era a descrição da área escolhida para ser protegida e abrigar o primeiro parque nacional brasileiro:

(...) uma área de 119.439.432 metros quadrados, ou sejam, 11.943 hectares, coberta na maioria de matas primitivas, com as altitudes variando de 816 a 2.787 metros, cortada por numerosos pequenos córregos que desaguam nos rios Aiuruoca, Campo Belo e Preto, que têm ali suas nascentes, e apresentando flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira; área e flora já estudadas, em todos os seus aspectos, por geólogos, botânicos e cientistas de toda espécie, nacionais e estrangeiros (...)⁹⁴

Uma região sobrevivente dos muitos usos humanos que já haviam lhe sido impostos na ocasião. O trecho do decreto “coberta na maioria de matas primitivas” fornece pistas do desmatamento levado a cabo pelos carvoeiros, dos impactos ambientais gerados pelas trilhas da mineração, da devastação provocada pelas queimadas da agricultura, do esgotamento do

⁹⁴DECRETO nº 1.713 DE 1937. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

solo causado pela lavoura cafeeira, da existência de pastos usados pela pecuária, enfim, de todos os usos e desusos que imprimiram alterações na história ambiental daquela região nos últimos trezentos anos, pelo menos.

Segundo José Augusto Drummond o Parque Nacional de Itatiaia é o mais importante do Brasil, localizado na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, em uma área de extrema raridade ecológica e paisagística⁹⁵. Situado na Serra da Mantiqueira, abrange terras dos municípios de Itatiaia e Resende, ao sudoeste do Estado do Rio de Janeiro, e Bocaina de Minas e Itamonte, a sudoeste de Minas Gerais, onde ficam aproximadamente 60% de seu território⁹⁶.

O PNI apresenta um relevo caracterizado por montanhas e elevações rochosas, com altitude variando de 540 a 2.791 m, no seu ponto culminante, o Pico das Agulhas Negras. É justamente esta diferença de altitude de seu relevo e a variação climática consequente que permitem uma grande diversificação na fauna e flora do parque. O PNI é constituído por dois ambientes distintos: a parte baixa, sede do parque, onde predomina uma mata secundária em recomposição e a parte alta, região do Planalto do Itatiaia, onde é possível encontrarmos a maior parte da vegetação primária.

Na região do Planalto do Itatiaia, encontram-se os campos de altitude e os vales suspensos onde nascem vários rios. A área do Parque abrange nascentes de 12 importantes bacias hidrográficas regionais, que drenam para duas bacias principais: a do rio Grande, afluente do rio Paraná, e a do rio Paraíba do Sul, o mais importante do Rio de Janeiro. Dezoito espécies vegetais dos campos de altitudes são endêmicas das Agulhas Negras. A parte baixa caracteriza-se principalmente por sua densidade vegetativa e abundantes cursos d'água, com diversas áreas apropriadas para banho. Tem fácil acesso a partir da Via Dutra e recebe o maior fluxo de turistas do Parque, concentrando a maior parte da estrutura de visitação⁹⁷.

Dentre os modos de ocupação humana da região que viria a abrigar o primeiro parque nacional brasileiro está a experiência dos núcleos coloniais. Curioso notar que a tentativa de instalação desses núcleos foi promovida justamente em áreas “sobreviventes”, pouco utilizadas até então para satisfazer as necessidades ou ambições humanas. A história destes núcleos coloniais teve início em 1908. Neste ano, o governo federal comprou do Sr. Henrique Irineu de Souza por cento e trinta contos de réis as fazendas: Queijaria, Central, Taquaral,

⁹⁵DRUMMOND, J. A. L. Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997, pág.181.

⁹⁶<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/188-parque-nacional-do-itatiaia>. Acessado em 02/02/2016.

⁹⁷ <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/>. Acessado em 02/02/2016.

Invernada, Itatiaya, Mont-Serrat e Bemfica. Nos títulos de propriedade apresentados os terrenos ou títulos figuravam com os seguintes nomes: Sítio, Saudade, Mont-Serrat e Bemfica, Itatiaya, partes das terras do Couto, Cruzes, Taquaral, Serra do Rio Preto, Santo Antônio do Rio Preto e Rio Preto, situados nos municípios limítrofes de Resende, no estado do Rio de Janeiro, e Ayuruoca, em Minas Gerais. Importante registrar que o proprietário era herdeiro do Visconde de Mauá, que, na segunda metade do século XIX, havia adquirido estas terras e obtido do governo imperial uma concessão para a exploração de carvão vegetal na região.

Após a compra, ficou resolvida pelo Serviço de Povoamento a fundação de dois núcleos coloniais nessas terras, um no vale do Rio Preto, com a denominação de Visconde de Mauá, o outro a começar na Fazenda Bemfica, com o nome de Itatiaya. A partir daí deveriam ser formadas comissões para a medição e demarcação do perímetro das terras adquiridas e para a construção de uma estrada de rodagem da cidade de Resende ao Rio Preto⁹⁸.

Em minha pesquisa não localizei especificamente documentos sobre estas comissões e sim muitas referências sobre a participação de Paulo Campos Porto na que fora iniciada em 15/06/1908 e com término em 25/09/1909. Na verdade, só encontrei apontamentos sobre esta comissão que teria sido a do engenheiro Alberto Borba Pacca. Este fora convocado pelo diretor do Serviço do Povoamento para fazer o levantamento e demarcação de todos os terrenos adquiridos pela União. As informações mais detalhadas sobre os estudos realizados foram encontradas em um recorte de jornal que faz parte do acervo da Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Porém, neste não é possível identificar nem a data nem a publicação da qual foi retirado. Segundo a reportagem, os estudos feitos pelo engenheiro eram os mais completos e os mais perfeitos de todos os pontos culminantes do Itatiaia, as Agulhas Negras. Dele constavam “uma planta topográfica, levantamento das aguadas e determinação das referidas Agulhas Negras e outras pedras dignas de admiração pela sua conformação e altitude”⁹⁹.

Contudo, a experiência colonizadora logo se revelou fracassada. As terras eram inadequadas para a cultura de subsistência e, sobretudo, para a aclimação das espécies europeias que os colonos eram incentivados pelo governo federal a cultivar como azeitonas, peras e maçãs. Falhas técnicas e falta de seleção dos colonos que, por vezes, eram totalmente

⁹⁸ Folha timbrada do Ministério da Agricultura, Diretoria de Pesquisas Científicas, Instituto de Biologia Vegetal. Título digitado: “Folha 74 do Relatório do Serviço de Povoamento de 1908”. Consultado no acervo da Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Setor de obras raras.

⁹⁹ Notícia recortada sem data e sem jornal. Consultado no acervo da Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Setor de obras raras.

alheios à agricultura também foram apontadas como causas do malogro da colonização. Aos poucos as terras foram sendo abandonadas e devastadas por lenhadores, carvoeiros e criadores de gado¹⁰⁰.

A esta altura muitos cientistas nacionais e estrangeiros como Homem de Mello, Orville Derby, Alberto Löfgren, Massena, Hubmayer, dentre outros, já haviam chamado atenção para o patrimônio natural abrigado naquela região montanhosa. Esta atraía o interesse de naturalistas de todo mundo por conta das características de sua flora e fauna e/ou pela beleza de seus aspectos paisagísticos. Um pequeno artigo publicado em *Rodriguésia* na década de 50, por ocasião do vigésimo aniversário do PNI, traz uma informação importante. No Congresso Internacional de Botânica ocorrido em Viena em 1905 teria sido proposta e aceita a moção da criação de parques nacionais. O objetivo destes era a preservação de quadros nos quais as características naturais de sua flora, fauna ou aspectos paisagísticos constituíssem monumentos a serem resguardados para as gerações futuras como campos de estudos ou parques de recreação. Estes deveriam ser mantidos na sua pureza e integridade biológica. Assim, segundo a publicação, a ideia da criação de parques nacionais era grata também entre os nossos naturalistas que estariam familiarizados com as pesquisas de Eugênio Warming, cientista que já estivera no país e era o fundador da nova ciência da Ecologia que encontrava nos santuários naturais o seu mais fecundo campo de estudos¹⁰¹.

Ecology of plants (1896), trabalho de Warming, foi considerado o produto mais bem sucedido de um tipo de ecologia que emergiu nos fins do século XIX e cuja ênfase era dada à composição e à estrutura das comunidades que consistem em espécies diferentes. Os membros que seguiam essa tradição voltada para comunidades de plantas eram fortemente fisicalistas em suas explicações, com ênfase no papel da temperatura, da água, da luz, do nitrogênio, do fósforo, do sal e de outras substâncias e elementos químicos na distribuição dos tipos de vegetação. Para Warming, diferentemente de muitos de seus predecessores, o determinante principal era a precipitação e não a temperatura. Ele chegou a essa conclusão a partir de suas pesquisas realizadas nos trópicos¹⁰².

A geobotânica ecológica de Warming procurava mostrar como as plantas e as comunidades vegetais ajustavam suas formas e seus comportamentos aos fatores efetivamente atuantes de seu meio ambiente tais como quantidade de calor, de luz, de alimentação e de água. Aproximando a geobotânica da ecologia, Warming operava com base nas relações

¹⁰⁰ *Correio da Manhã*- 14/07/1957; *Rodriguésia*, dezembro de 1957, ano XX, vol.32, pág. 247.

¹⁰¹ *Rodriguésia*, dezembro de 1957, ano XX, vol.32, pág. 249.

¹⁰² MAYR, Ernest. *Isto é Biologia: A ciência do mundo vivo*. Companhia das Letras, 2008, págs.293 e 294.

existentes entre as formas biológicas e o meio ambiente¹⁰³. Desse modo, para os estudos de botânica que tinham como proposta esse conjunto de formulações ecológicas, os parques nacionais, enquanto áreas protegidas nas quais seus aspectos naturais eram mantidos sem alterações, se constituíam locais ideais para a realização de pesquisas.

Na época da implantação dos núcleos coloniais em Itatiaia, Paulo Campos Porto era um assíduo frequentador daquelas matas onde herborizava e realizava estudos de sistemática na flora local. A maioria de seus trabalhos eram realizados naquela região. Provavelmente isto se devia ao fato da localidade abrigar áreas que eram *habitat* muito favorável para as orquídeas, objeto de sua especialidade. Inclusive, o botânico em um artigo sobre a flora orquídea da Serra do Itatiaia recomendou ao governo providências contra os riscos que o machado do colono trazia para os trechos de florestas virgens nos arredores da fazenda Mont-Serrat¹⁰⁴.

Expressando sua preocupação com a devastação em curso e protestando contra as queimadas que estavam destruindo a “pureza” da flora local e alterando o seu equilíbrio biológico, em fevereiro de 1914 Paulo Campos Porto teria endereçado ao diretor do JBRJ, J.C. Willis, um ofício que pode ser considerado a primeira formulação de uma proposta concreta para a criação do PNI. Neste documento Porto teria denunciando ao governo a depredação que presenciava *in loco* e apresentado uma proposta para a proteção daquela natureza:

Peço vênia para lembrar-vos que seria de grande alcance científico reservarem-se terrenos desnecessários ao Núcleo Itatiaia, para o estabelecimento de um Parque Nacional. A parte superior desta montanha, que fica entre a ponte do Maromba e o Alto do Itatiaia, sem prejuízo para a Colônia e com grande lucro para a ciência, prestar-se-ia, maravilhosamente, pelo seu clima e condições topográficas, à localização de um horto dependente desse Jardim Botânico. Apresentando essa ideia chamo para ela a vossa esclarecida atenção, pois certo estou de que um parque nacional nas fraldas do Itatiaia prestaria à ciência botânica relevantíssimo serviço¹⁰⁵.

No mesmo ano de 1914, Paulo Campos Porto apresentou ao deputado Homero Baptista, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, o relato dos seus estudos em Itatiaia e um projeto para a anexação de terras daquela localidade ao JBRJ. Pouco

¹⁰³ ACOT, Pascal. *História da Ecologia*, op.cit., 1990, págs.32-35.

¹⁰⁴ Contribuição para o conhecimento da flora orchidacea da Serra do Itatiaia. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.*, v. 1, n. 1, 1915, Rio de Janeiro, p. 108.

¹⁰⁵ *Rodriguésia*, ano XX, vol.32, pág. 247.

depois o governo federal incorporou ao patrimônio desta instituição 11.943 hectares de terras que não haviam sido vendidas do total dos 48.000 hectares que foram loteados para a implantação dos núcleos coloniais¹⁰⁶. Esta área foi denominada Reserva Florestal do Itatiaia que seria posteriormente alterada, após uma série de melhorias e ampliação dos objetivos institucionais, para Estação Biológica do Itatiaia.

Os trabalhos relativos à constituição da Reserva Florestal, sempre a cargo de Paulo Campos Porto, foram iniciados por volta dos anos de 1915. Uma das propostas era promover ali culturas de plantas úteis de altitude, principalmente a da quina, “cuja utilidade era notória e facilmente explicava o seu valor mercantil”¹⁰⁷. Em 1922 já haviam sido instaladas as principais dependências para a realização de estudos de biologia vegetal, principalmente os de aclimação e silvicultura. Nesta ocasião, eram realizados ensaios de adaptação em diversas altitudes de grande número de espécies alpestres de reconhecido valor¹⁰⁸.

A Reserva Florestal do Itatiaia passou a se chamar Estação de Biologia Vegetal do Jardim Botânico em 1925, o que logo foi modificado para Estação Biológica de Itatiaia. A flora alpestre indígena e exótica daquela zona estava sendo estudada e os resultados da aclimação de espécies de valor econômico e ornamental eram muito promissores¹⁰⁹. Nesta época o JBRJ tinha como missão realizar trabalhos com objetivos econômicos e especulativos, diretamente relacionados com a exploração do nosso mundo vegetal que era tido então como uma das maiores fontes de riqueza do país¹¹⁰. Durante o ano de 1927, sempre sob a chefia de Paulo Campos Porto, a Estação Biológica de Itatiaia passou por um desenvolvimento considerável. Foram iniciadas a construção do arboreto com espécies indígenas e exóticas, uma coleção entomológica e uma biblioteca especializada com grande número de publicações estrangeiras. O herbário foi enriquecido com exsiccatas da flora regional e novos terrenos pertencentes ao antigo núcleo colonial foram anexados às terras da Estação. Nestas terras foram plantadas espécies européias de altitude para estudos de

¹⁰⁶ Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937.

¹⁰⁷ Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1919, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Ildefonso Simões Lopes, pág.44. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2016/000001.html>. Acessado em 29/09/2015.

¹⁰⁸ Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág.67. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000073.html>. Acessado em 29/09/2015.

¹⁰⁹ Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1925, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000073.html>. Acessado em 29/09/2015, pág. 331.

¹¹⁰ Sobre este assunto ver: CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, 2011, op.cit.

aclimatação. Foi realizado ainda o conserto das estradas pertencentes à Estação e construída uma ponte de madeira sobre o Rio Maromba, num vão de 16 metros e com 1.100 metros de altitude¹¹¹.

Além disso, ainda em 1927 foi construída uma casa de madeira a 1960 metros de altitude no lugar chamado Macieiras. Ali foi inaugurado o Abrigo Macieiras, existente até os dias de hoje, embora desativado até uns meses atrás devido ao precário estado de conservação. Durante seus quase 90 anos de existência, o Macieiras hospedou gerações de montanhistas e possibilitou a realização de pesquisas científicas por abrigar pesquisadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras¹¹².

A Estação Biológica era visitada por cientistas nacionais e estrangeiros. Em 1927 o Prof. Holt permaneceu oito meses no estabelecimento estudando a fauna regional e ao retornar aos Estados Unidos publicou o trabalho intitulado “Pássaros do Itatiaia”¹¹³. Outro visitante estrangeiro, o Dr. Tobler, diretor do jardim botânico de Dresden, visitou a Estação Biológica em 1929. O pesquisador deixou uma carta para Porto relatando a suas impressões sobre o estabelecimento:

A visita a Estação Biológica proporcionou-nos uma intensa e inesperada alegria. Não imaginara que naquele recanto do Brasil houvesse um instituto tão importante, e devo lhe dizer que, em comparação com muitos outros similares, eu o considero uma estação modelar. Espero que esta estação constituirá um importantíssimo ponto de apoio para as investigações botânicas. Compreendi, desde logo, que foi o senhor o único e verdadeiro “pai” daquele belíssimo estabelecimento, pelo qual eu o felicito calorosamente, bem como ao seu país¹¹⁴.

As obras de constituição da Estação Biológica de Itatiaia já estavam concluídas em 1929. O Jornal do Brasil do dia 16 de julho deste mesmo ano informou sobre a ida do

¹¹¹ Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1927, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Geminiano Lyra Castro, pág.90. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2023/000001.html>. Acessado em 29/09/2015.

¹¹²<http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/destaques-e-eventos/114-mutirao-para-a-recuperacao-do-abrigo-macieiras.html>

¹¹³ O trabalho ao qual o documento se refere é: Holt, E.G. 1928. Ornithology of Serra do Itatiaia, Brazil. Bull. Amer. Mus. Nat. Hist., 57: 251-326. Ernest Golsan Holt (1889-1983), ornitólogo americano que trabalhou por muitos anos para o U.S. Soil Conservation Service. Ernest Holt começou sua carreira como um biólogo de campo no Bureau of Biological Survey (1912-1917). Viajou para o Brasil e para a Venezuela no final da década de 20 para a realização de estudos e coleta de plantas e animais selvagens. Fontes: <http://plants.jstor.org/stable/history/10.5555/al.ap.person.bm000033133>, <http://www.pwrc.usgs.gov/resshow/perry/bios/holternest.htm>

¹¹⁴ *O Jornal*, 9/10/1929, “A Estação Biológica de Itatiaia”.

Presidente Washington Luis ao estabelecimento para a cerimônia de sua instalação¹¹⁵. Contudo, a Estação Biológica já estava em funcionamento fazia alguns anos. Em 1954, sobre a Fundação da Estação Biológica de Itatiaia, Porto, exaltando seu protagonismo e valorizando seus esforços pessoais, afirmou:

“(…) Consegui, Deus sabe à custa de quantas penas, fundar a Estação Biológica do Itatiaia, em 1929, no governo Washington Luiz. Fundei-a fora da lei e quase contra ela. Fundei-a praticamente sem recurso ou amparo oficiais, o que me forçou a apelar para amigos a fim de que não interrompessem por falta de recurso, os trabalhos de caracterização zoológica e florística da região”¹¹⁶.

Quando disse que fundou a Estação “fora da lei” quis remeter ao fato de que nesta ocasião ainda não tínhamos um Código Florestal ou legislação similar que regulamentasse ou respaldasse a criação de áreas de proteção à natureza no Brasil. Contudo, criar uma estação biológica vinculada a uma tradicional instituição científica, o Jardim Botânico, possibilitou, em algum grau, a conservação daquelas matas e a realização de estudos sobre a natureza local. No entanto, este fato acarretou a falta de recursos orçamentários para a implantação do projeto.

Paulo Campos Porto era um defensor da criação de regiões florísticas destinadas a conservar os aspectos originais da natureza brasileira e a criação da Reserva Florestal de Itatiaia tivera como um de seus propósitos a proteção da natureza local. No entanto, desde o início as terras da Reserva serviram a experiências de aclimação tanto de espécies indígenas como exóticas, incluindo a introdução de espécies europeias. Deste fato podemos concluir que não era um objetivo desta instituição a manutenção absoluta das características primitivas da flora local. A introdução de espécies exóticas e mesmo estrangeiras poderia provocar transformações nos aspectos originais daquela flora local. No entanto, estas alterações, se provocadas, seriam fruto do labor científico ali realizado e, portanto, permitidas. Porém, alguns terrenos foram mantidos com a floresta virgem para que servissem de depositário fiel da flora existente.

¹¹⁵ Foi instalada a Estação Biológica do Itatiaia- A excursão do Sr. Presidente da República. Jornal do Brasil, 16/07/1929,

¹¹⁶ Um bronze no Jardim Botânico- O 40 aniversário de serviço público de Campos Porto. Correio da Manhã, 13/10/1954.

O propósito aqui não foi apresentar a Estação Biológica de Itatiaia como uma precursora do primeiro parque nacional brasileiro. Pretendi apresentar a relação entre ambas e mostrar a atuação do botânico Paulo Campos Porto neste movimento que fez com que uma região de natureza a ser preservada fosse protegida enquanto reserva florestal, posteriormente transformada e conservada enquanto uma estação biológica pertencente a importante instituto científico e, por fim, abrigasse um parque nacional. Como o próprio decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia indicou, esta região escolhida para ser o primeiro parque nacional brasileiro, já estava sendo estudada em muitos de seus aspectos. Deste modo, é possível afirmar que os estudos científicos ali realizados por Porto e outros pesquisadores do JBRJ, ao menos desde 1908, destacaram as especificidades e potencialidades da natureza local e forneceram poderosos argumentos em prol da necessidade de sua preservação.

Ainda sobre a Estação Biológica de Itatiaia, José Augusto Drummond comenta que, embora as fontes não mencionem explicitamente, é possível que esta e as expedições regulares que promoveu tenham contribuído para inibir a ocupação humana da região. Além disso, os estudos realizados pelas equipes do JBRJ na Serra do Itatiaia teriam proporcionado ao governo um conhecimento de primeira-mão da área, o que, na visão do autor, deve ter contribuído para sua escolha como parque nacional. Porém, o autor afirma que a EBI teria existido ao menos entre 1908 e 1928¹¹⁷. Na verdade, este órgão do JBRJ existiu entre 1925 e 1939/40. O que teve início por volta de 1908 foram justamente as pesquisas de Paulo Campos Porto na região que em 1914 abrigou a Reserva Florestal subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Aliás, assim como a EBI, o Parque Nacional de Itatiaia também esteve atrelado a esta instituição até 1939/40 quando passou para a jurisdição do Serviço Florestal que passou a administrar também o JBRJ.

Acerca da contribuição da EBI para a proteção da natureza regional posso comentar ainda algumas fontes localizadas pela pesquisa. Analisando uma documentação composta de orçamentos para o fornecimento de material para a construção da ponte sobre o Rio Maromba (1927) apresentados por diferentes firmas a Paulo Campos Porto, chefe da Estação Biológica, há uma proposta que despertou especial atenção. Acompanhando a relação do material a ser fornecido, os valores e as informações referentes ao prazo de entrega havia uma carta do proponente solicitando autorização para utilizar alguma madeira existente no terreno da própria “Reserva”, caso sua proposta de fornecimento fosse aceita. Como justificativa argumentava que a madeira comprada no Rio de Janeiro era muitas vezes defeituosa ou

¹¹⁷ DRUMMOND, J. A. L. Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro, op.cit., 1997, pág.161.

mesmo corroída pela ação do tempo. Também alegava que não poderia se responsabilizar por possíveis avarias que a madeira viesse a sofrer no transporte do Rio até a “Reserva”, tendo em vista o mau estado de parte da estrada que teria que trafegar. Em 15 de agosto de 1927, Porto decidiu que esta proposta não poderia ser levada em consideração por alguns motivos, dentre os quais estava a derrubada de árvores na Estação Biológica¹¹⁸.

Em março de 1929 foi instituído um regulamento concernente a polícia e conservação das águas, fauna e flora da Estação Biológica do Itatiaia. O chefe da EBI ficou responsável por fazer com que este regulamento fosse cumprido e a este caberia também a aplicação das multas. As disposições regulavam desde a entrada nas florestas da EBI, que dependeria de autorização prévia, até a permanência naquelas dependências. Segundo o regulamento, o ideal seria que sempre que possível qualquer pessoa que entrasse nas terras da Estação fosse acompanhada por vigias. O policiamento e inspeção das florestas caberia aos guardas florestais da Estação Biológica. Ficou considerada contravenção florestal todo e qualquer atentado contra os elementos da floresta que fosse prejudicial à sua existência e à sua utilidade. O regulamento estabelecia penas de prisão e multa àqueles que não seguissem as regras vigentes. Em alguns casos, como no de incêndios propositais, a pena era de acordo com o Código Penal¹¹⁹.

Contudo, não foram localizadas fontes que dessem conta se a aplicação deste código de fato ocorreu. Porém, a partir de outros dados coletados, como, por exemplo, uma folha de frequência dos funcionários da EBI no ano de 1929, posso concluir que esta não deve ter ocorrido como o pretendido. Contando apenas com 13 funcionários e sofrendo com recursos orçamentários escassos, conforme constantemente relatado, é bem pouco provável que a instituição tivesse meios de prover a fiscalização necessária para a aplicação absoluta do regulamento.

Enquanto chefe da Reserva Florestal e da Estação Biológica de Itatiaia, Paulo Campos Porto acionou o prestígio que possuía em prol dos interesses à frente do estabelecimento científico. Conseguiu concretizar e dar notoriedade a EBI a partir da ida do presidente Washington Luis para a cerimônia de instalação de um órgão que funcionava e se autodenominava como tal já havia alguns anos. Durante o governo provisório, em 1931, recebeu também na EBI a visita de Getúlio Vargas acompanhado de grande comitiva que

¹¹⁸ Proposta e carta apresentada por Joviano Miranda para o fornecimento de madeira para construção de ponte. Datas: 15-07-1927/29-07-1927. Documentos consultados no Parque Nacional de Itatiaia.

¹¹⁹ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Regulamento concernente à polícia e conservação das águas, flora e fauna da Estação Biológica do Itatiaia. Portaria de 2 de março de 1929. Documento consultado na Biblioteca do Parque Nacional de Itatiaia.

incluía a presença de três ministros: Assis Brasil, Leite de Castro e José Américo¹²⁰. Assim como nas visitas de Vargas ao Jardim Botânico, Campos Porto solicitamente apresentou as dependências do estabelecimento, ministrou informações sobre o serviço realizado e garantiu que o ilustre convidado, para registrar sua visita, plantasse ali uma árvore. Além disso, ofereceu um almoço no edifício central da Estação Biológica¹²¹.

Nos primeiros meses de 1937 Paulo Campos Porto submeteu ao Conselho Florestal Federal um estudo que lhe foi solicitado pelo Ministro da Agricultura Odilon Braga para localizar o primeiro parque nacional na região do Itatiaia¹²². Após exame, o CFF aprovou por unanimidade o plano executado pelos técnicos do Ministério da Agricultura, sob a chefia de Paulo Campos Porto para a localização na região de Itatiaia do primeiro parque nacional brasileiro destinado à flora nacional¹²³. É importante reforçar que Campos Porto era um dos membros do Conselho Florestal nesta ocasião (1934-1938), o que acredito que tenha contribuído para a escolha daquelas terras e a aprovação do projeto. A partir daí, em menos de três meses foi decretada a criação do PNI. Todavia, não foi aclamado de maneira unânime. Recebeu críticas de contrários ao governo que alegavam que Vargas estaria “gozando e se divertindo em seus últimos dias na presidência”, pois teria ido a Itatiaia inaugurar o primeiro parque nacional onde só existiam as terras da Estação Biológica¹²⁴.

Por um lado estes críticos tinham razão. Vargas e sua grande comitiva foram a Itatiaia para a solenidade da criação do PNI, não em seus últimos dias de governo como pensavam, mas, às vésperas do golpe que lhe manteria por mais oito anos no poder, para festejar apenas uma ideia. Durante algum tempo após a pedra inaugural o que continuou existindo e funcionando ali foi a EBI e a estrutura que esta conseguira construir e manter¹²⁵. Contudo, com a criação do PNI, havia sido instituída uma comissão, subordinada ao Ministério da Agricultura, que ficaria responsável por elaborar o plano a ser executado para a organização definitiva do parque. Esta foi nomeada em julho de 1937 e era composta pelo diretor do Serviço de Estradas de Rodagem do Ministério de Viação e Obras Públicas, Yedo Fiuza, pelo diretor do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça,

¹²⁰ *Diário da Noite*- 12/10/1931.

¹²¹ *Idem*.

¹²² *Ibdem*.

¹²³ *Folha do Norte*- Belém- PA- 21/04/1937.

¹²⁴ *O Dia*- Curitiba- PR- 01/07/1937.

¹²⁵ Até o ano de 1943 o parque foi administrado por uma comissão organizadora que, durante este período, chegou a realizar obras de melhorias de estradas, abrigos e infraestrutura. Contudo, uma estruturação efetiva só foi ocorrer durante o período em que Wanderbilt Duarte de Barros assumiu a administração (1943-1957).

Lourival Fontes, e pelo superintendente do JBRJ do Ministério da Agricultura, membro nato do CFF, cargo na época ocupado por Paulo Campos Porto¹²⁶.

Meses depois, em dezembro de 1937, a imprensa noticiou que esta comissão havia apresentado o trabalho concluído¹²⁷. Para que o parque fosse ao mesmo tempo grande centro de atração de turismo e reserva florestal e animal apresentou algumas sugestões: construção e conservação da rede ferroviária interna e sua entrosagem com as estradas troncos nacionais; criação, manutenção e incentivo das correntes turísticas e estudo, defesa e conservação da flora e fauna regionais. Além dessas sugestões, de acordo com o projeto apresentado pela comissão, o ministro da agricultura deveria abrir crédito para as despesas com o seguinte: levantamento topográfico dos 120 km de área do parque, construção de uma estrada de rodagem de primeira classe para acesso ao planalto do Itatiaia, construção da rede ferroviária interna, construção de um posto central de administração e 10 postos de guarda, construção de cercas no perímetro do parque, construção de um edifício para hotel no planalto, com campos de jogos, de pousos e para cabanas de excursionistas, construção de uma usina elétrica, estações telefônica e radiotelegráficas e para as desapropriações decretadas¹²⁸.

O jornal *Correio da Manhã*, de 8 de março de 1938, trazia a denúncia de que apesar da inauguração festiva, com a presença de Vargas, ministros e outras autoridades, o PNI não teria experimentado até então nenhum desenvolvimento. Só o que existia neste sentido era a pedra do lançamento da construção e um projeto estacionário¹²⁹. Ratificando a denúncia acima, podemos citar a notícia publicada no *Diário da Noite* de 28 de março de 1938. Esta dizia que a Comissão Executiva do PNI, Paulo Campos Porto, Angelo Murgel (do Gabinete de Engenharia e Arquitetura) e De Vicenzi (da Diretoria de Expediente e Contabilidade) apresentou ao Ministro da Agricultura Fernando Costa, no cargo desde novembro de 1937, plano para organização e instalação do parque¹³⁰. Bom notar que a referida comissão, embora continuasse com a participação de Paulo Campos Porto, tinha uma formação diferente da que apresentara em dezembro de 1937 um plano a ser executado para a organização definitiva do PNI.

No lento processo de constituição do PNI, cerca de nove meses depois dos festejos de sua criação, Vargas assinou um decreto organizando-o e colocando a direção a cargo do

¹²⁶ *Gazeta de Notícias*- Fortaleza- CE- 17/07/1937

¹²⁷ *Estado de Minas* - Belo Horizonte - MG - 10/12/1937; *Gazeta Comercial* - Juiz de Fora – MG -12/12/1937; *Jornal do Brasil*- RJ- 10/12/1937.

¹²⁸ *Estado de Minas* - Belo Horizonte- MG – 10/12/1937.

¹²⁹ *Correio da Manhã*- RJ – 8/03/1938.

¹³⁰ *Diário da Noite*- RJ- 28/03/1938.

superintendente do JBRJ. Ficou instituída a cobrança de taxas de ingresso e acampamento e que o governo poderia arrendar os imóveis de serventia pública. Sob a jurisdição da comissão diretora do parque ficariam todos os lotes urbanos e rurais do ex-núcleo colonial do Itatiaia e as terras devolutas do ex-núcleo colonial Visconde de Mauá. Estas terras poderiam ser arrendadas para construção de hotéis, pousos, postos de reabastecimentos e outras instalações que favorecessem o movimento turístico na região¹³¹. Quase dois meses depois da assinatura deste decreto, o *Correio da Manhã* de 11 de maio de 1938, informou que tomaram posse os membros da comissão executiva do PNI nomeados pelo presidente. Nota-se que esta comissão era formada por Lourival Fontes (Diretor do Departamento Nacional de Propaganda), Paulo Campos Porto (Diretor do Jardim Botânico) e Yedo Fiuza (Inspetor das Estradas de Rodagem), repetindo, portanto, a composição da comissão nomeada em julho de 1937 para elaborar o plano a ser executado para a organização definitiva do parque. No entanto, de acordo com as instruções do presidente, o órgão deveria limitar-se neste exercício à execução das obras de melhoramento das estradas existentes em Itatiaia e aos estudos topográficos considerados de maior urgência¹³².

Dando sequência ao excessivamente lento e burocrático processo de constituição do PNI, em outubro de 1938 foi publicada no Diário Oficial uma portaria do Ministério da Agricultura expedindo instruções para a execução das obras iniciais de organização do parque, mais de um ano após a sua criação. As instruções constantes desta portaria eram referentes basicamente ao emprego do crédito especial destinado à demorada empreitada. Este deveria ser empregado no custeio das seguintes despesas: aquisição de material, pagamento dos salários devido ao pessoal admitido para obras, levantamento aereofotogramétrico da área do parque e estudos topográficos para locação do traçado da estrada de rodagem que passando pelo planalto do Itatiaia ligaria a Estação ferroviária Barão Homem de Melo a sede do extinto Núcleo Colonial Visconde de Mauá, no Estado de Minas Gerais. Além disso, este crédito serviria também para custear o levantamento topográfico dos lotes e partes de lotes declarados de utilidade pública. Estes terrenos ficavam sujeitos à desapropriação e, caso os proprietários estivessem dispostos a vendê-los ao governo pelos preços estipulados, a incorporação dessas terras ao Parque Nacional do Itatiaia ocorreria por aquisição direta. Não ficou explícito nesta portaria de onde sairia o crédito para a aquisição direta destes lotes.

¹³¹ *Diário de Notícias*- RJ – 30/03/1938.

¹³² *Correio da Manhã*- RJ- 11/05/1938.

Outra possibilidade para a incorporação ao PNI dos lotes declarados de utilidade pública seria a permuta de lotes acordada entre a Comissão do Parque Nacional do Itatiaia e os proprietários. No ato da troca deveria existir perfeita equivalência no valor das terras permutadas e os interesses da Fazenda Pública deveriam ser privilegiados durante a negociação. Em nenhuma hipótese o governo poderia receber área inferior a que daria em troca. Caberia a Comissão notificar a todos os proprietários dos lotes e partes dos lotes declarados de utilidade pública a possibilidade e as condições de permuta¹³³.

Cabe recordar neste ponto que esta questão das terras a serem incorporadas aos domínios do PNI é objeto de uma enorme querela ainda não resolvida até os dias de hoje. O problema começou em 1908 quando o governo comprou aquelas terras do comendador Henrique Irineu Evangelista de Souza. Os cerca de 48000 hectares arrematados pelo Ministério da Agricultura logo começaram a ser retalhados. Com a intenção da implantação dos núcleos coloniais foram vendidos terrenos a imigrantes europeus que ficavam encarregados de aclimatar macieiras, pereiras e outras árvores frutíferas de latitudes temperadas nas encostas altas e frias da Mantiqueira¹³⁴.

Embora os núcleos coloniais e o plantio das espécies europeias não tenham vingado, os colonos estabeleceram raízes e usufruíram das terras que legalmente os pertenciam de variadas formas. Tentaram o plantio de outras espécies, criaram animais, fundaram hotéis e dividiram seus lotes, o que multiplicou as propriedades privadas.

O decreto que criou o PNI assegurava a desapropriação das terras privadas dentro do perímetro do parque:

Considerando que, tendo sido alienados a particulares pequenos lotes de terras encravados nas que foram conservadas na posse e domínio pleno da União, torna-se imprescindível que tais lotes voltem a esse domínio para que as terras ocupadas pelo parque não sofram soluções de continuidade prejudiciais aos seus objetivos¹³⁵.

De acordo com um dos artigos do decreto, os pequenos lotes particulares que ainda se encontravam em meio as terras de domínio da União seriam incorporados¹³⁶. Porém, havia um ponto do decreto que parecia abrir brecha para a continuidade da propriedade privada na região do parque. Eram as linhas que se referiam à reserva das terras devolutas do domínio da

¹³³ *Diário Oficial*- 22/10/1938- Pág.21273

¹³⁴ Correa, Marcos Sá. Itatiaia, op. cit., 2003, pág.42.

¹³⁵Decreto n. 1713 de 1937. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

¹³⁶ Idem.

União existentes nas proximidades do parque e que fossem necessárias para a localização de hotéis e instalações que facilitassem o movimento turístico na região¹³⁷. O processo de desapropriação das terras não era tão simples como indicara o decreto tendo em vista que nunca fora concluído.

O processo de instalação definitiva do PNI foi longo e configurou os seus primeiros anos de existência. Enquanto seus idealizadores estavam imersos em um mar de burocracias sem fim, com questões fundiárias a serem resolvidas e obras de infraestrutura necessárias à preservação daquela natureza não estavam sendo totalmente asseguradas. Existem registros de que, nesta época, a indústria de carvão vegetal estava estabelecida na região. Esta seria uma indústria rendosa e os comerciantes continuavam comprando matas na região para serem transformadas em carvão. Uma publicação de dezembro de 1938 denunciou que as matas vizinhas do PNI estavam sendo queimadas pela firma italiana Fiori & Biondi. Esta estaria aproveitando a obra de construção de uma rodovia ligando o Rio a Areias e Queluz, importante para o fomento do turismo, para estender às margens da mesma a indústria de carvão vegetal¹³⁸.

A ideia da criação de um parque nacional no Brasil não era recente em 1937. O que favoreceu então a criação do primeiro parque nacional brasileiro às vésperas do golpe do Estado Novo e nas terras de Itatiaia?

Frederico Freitas analisou a política conservacionista do Regime Vargas e discutiu, a partir da criação dos primeiros parques nacionais no Brasil, a importância das questões de integração e dominação territorial neste empreendimento. Segundo o autor entre os anos de 1930 e 1960 a criação de parques nacionais no Brasil revela um padrão comum. Em geral os parques foram criados em áreas de floresta densa e apresentaram aspectos naturais que deveriam ser monumentalizados como cachoeiras, canyons, montanhas, ilhas, etc. Os parques eram símbolos nacionais e como tal preservavam aspectos naturais extraordinários. A visitação era um dos elementos considerados na concepção dos parques e, nesse ponto, o Parque Nacional do Iguacu, numa área remota e isolada, se diferenciava dos demais. Freitas demonstra que a criação do Parque Nacional do Iguacu não pode ser compreendida sem levar em conta os esforços do estado brasileiro para colonizar o interior do país e nacionalizar suas fronteiras¹³⁹. Sendo assim, também fazia parte da política protecionista em relação à natureza

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ *O Radical*- Rio de Janeiro- 8 de dezembro de 1938.

¹³⁹ FREITAS, Frederico. A Park for the borderlands: the creation of the Iguacu National Park in Southern Brazil, 1880-1940. *Iberoamericana*, v7, n2, p.65-88, 2014.

na medida em que foi empregada para garantir ao Estado o controle daquele território e suas possibilidades.

O autor atribuiu a criação desse parque mais a preocupações geopolíticas do que a circulação de ideias de conservação da natureza. Assim explicou a criação do parque numa região isolada, pouco visitada e de difícil acesso. O parque garantiria a nacionalização de um monumento natural simbólico, as quedas de Iguazú, e o desenvolvimento da localidade através do turismo. Para Freitas o processo de criação do Parque Nacional do Iguazú nas décadas de 30 e 40 é representativo das tentativas do regime varguista de controlar a terra e o território no Brasil¹⁴⁰.

O Parque Nacional de Itatiaia não estava situado numa região de fronteira em disputa, como o Parque Nacional de Iguazú que se situa na divisa entre o Brasil e a Argentina, e foi criado após o país vizinho ter inaugurado o seu congênere na parte do território que lhe pertencia. Contudo, o Parque Nacional de Itatiaia foi criado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, as duas maiores aglomerações urbanas na época ocupando assim uma posição estratégica tanto politicamente quanto no que se refere ao desenvolvimento da indústria turística na região. Esta era uma região na qual a presença do governo federal vinha num interesse crescente. Havia uma mudança no eixo de desenvolvimento prioritário que antes era entre Minas Gerais e Rio de Janeiro e passara a ser entre Rio de Janeiro e São Paulo.

A década de 1870 assistiu a decadência da cafeicultura do Vale do Paraíba e conseqüentemente a fuga de capitais para o oeste paulista onde a lavoura encontrou terras mais férteis¹⁴¹. Isso significou em parte uma perda do prestígio político regional que até então abrigara as elites políticas e econômicas que desempenharam relevante papel na sustentação do Império Brasileiro. A partir daí a região se voltou para sua vocação tradicional que era a pecuária¹⁴². No entanto, com a proclamação da República e a prestigiosa projeção no cenário nacional que alguns pecuaristas vale-paraibanos gozavam foi iniciado um processo de revitalização econômica do Vale do Paraíba que culminaria na industrialização regional iniciada com a criação da usina siderúrgica de Volta Redonda em 1942.

A própria instalação dos núcleos coloniais, comentada anteriormente, fez parte deste empreendimento, pois ajudou a promover o crescimento populacional de Campo Bello,

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Para mais informações sobre o auge e o declínio da cafeicultura na região ver: WHATELY, Maria Celina. O café em Resende no século XIX, Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

¹⁴² Sobre a pecuária na região: BARCELLOS, M. C.. São José do Campo Bello - Povoamento e Pecuária [Série Origens]. 1. ed. Itatiaia, RJ: Instituto Campo Bello, 2012. v. 1. 135p .BARCELLOS, Marcos Cotrim de (org.). Centenário de A Fazenda Moderna: edição comemorativa 1913-2013, Itatiaia: Instituto Campo Bello, 2013.

denominado Itatiaia em 1943. Algumas frentes de trabalho foram abertas já nos anos de 1920 como as construções do Depósito de Convalescentes de Campo Bello, do Sanatório Militar em Benfica, da Usina Campo Bello, da Vila Belos Prados, do cinema, da ponte do Maromba e mesmo da Estação Biológica. Como marcos do processo de revitalização econômica, acelerado durante o período Vargas, podem ser apontados a abertura da rodovia Presidente Dutra (1935-1951), a construção da Escola Militar inaugurada em 1944 e mesmo o planejamento iniciado na década de 30 de construção de uma hidrelétrica, além do parque nacional em 1937.

A criação do PNI tem uma importante participação na consolidação do turismo como indústria local. As primeiras pensões começaram a surgir nos terrenos do núcleo colonial emancipado em 1916. Já na década de 1920 adquiriram terrenos na região Josef Simon, que após tentativas de dedicar-se a agricultura terminou por germinar o Hotel Simon; Leonard Walter, agricultor que cultivava pereiras e macieiras e estabeleceu uma pensão de veraneio e Robert Donati que construiu um hotel inaugurado em 1931 com o nome Hotel Repouso Itatiaia. Estes estiveram entre os primeiros grandes hotéis localizados dentro do PNI. Depois foram surgindo os hotéis-fazenda como opção turística ao lado das pensões da serra e de Penedo.

No texto *A defesa do nosso patrimônio florestal e sua importância econômica*, publicado no Boletim do Ministério da Agricultura, no subtítulo *O Parque Nacional de Itatiaia*, está evidente como o parque nacional e sua localização favoreciam a questão turística:

Localizado na Mantiqueira, em um dos trechos da serra que reúne características fisiográficas próprias e incomuns, a porção de montanha reconhecida como Itatiaia, o Parque Nacional está a meio caminho das duas maiores aglomerações urbanas do Brasil, as contidas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dista do Rio a sede do Parque 4 horas e de São Paulo 6 horas, podendo ser atingido por via férrea, através da estação de Barão Homem de Melo ou das rodovias Rio-São Paulo e Rio Caxambú. Além desse particular, Volta Redonda, onde se adensará elevada população, fica a poucas horas do Parque e a Escola Militar de Resende, estabelecida num dos flancos da serra, está apenas a minutos da sede do Itatiaia. Esses centros de trabalho e de estudo, sem dúvida, atrairão a atenção do país e ainda isto beneficiará o Parque Nacional. De outra parte, na face norte do Itatiaia as excelentes cidades hidro-climáticas de São Lourenço, Caxambu, Cambuquira e Lambarí, servidas agora por rodovia que liga através da fronteira do Parque com o Rio e São Paulo, poderão favorecer o turismo da grande reserva serrana¹⁴³.

¹⁴³Boletim do Ministério da Agricultura, 1943: 95.

De fato, o incremento ao turismo é fator presente na idealização de um parque nacional e no que se refere ao PNI foi argumento fortemente utilizado em defesa de sua concretização aparecendo explicitamente como justificativa em seu decreto de criação.

Ao analisar os limites encontrados pelo governo brasileiro na aplicação da legislação conservacionista que estava sendo criada na década de 30, Freitas abordou a questão do controle das terras pelo poder federal. Muitas terras públicas estavam sob o controle de governos estaduais e municipais, e até 1941 não existiam instrumentos legais que possibilitassem a expropriação de terras de interesse público. Segundo o autor, embora este não fosse um obstáculo intransponível, sobretudo a partir de 1941, o governo Vargas teria optado por evitar conflitos com governos locais e criar parques nacionais e outras áreas de proteção em terras públicas sob as quais já exercesse controle¹⁴⁴. Neste sentido, um parque nacional nas terras da EBI era um bom negócio. Aquelas terras, com exceção de alguns terrenos particulares isolados, já eram públicas, geridas pelo governo federal sob a administração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, órgão do Ministério da Agricultura. A estrutura material e organizacional da Estação Biológica de Itatiaia também contava pontos a seu favor, pois permitiria a sua transformação em parque nacional sem onerar ainda mais o Estado. O artigo 3º do decreto de criação estabelecia que o quadro do pessoal fixo do parque nacional seria organizado com o pessoal do Jardim Botânico, portanto, da Estação Biológica. Ratificando que os recursos orçamentários destinados para a concretização do empreendimento não deveriam ser abundantes, sobretudo se comparados aos empregados posteriormente na organização do Parque Nacional de Iguaçu analisado por Frederico Freitas, segue trecho do decreto:

Considerando que, por se tratar de terras do patrimônio nacional, onde existem benfeitorias e pessoal técnico especializado, que integram a atual Estação Biológica de Itatiaia, dependência do Jardim Botânico, a localização na dita Estação de um Parque Nacional poderá ser realizada com grande economia para os cofres da União e iniciais vantagens para as realizações científicas e turísticas a serem encetadas¹⁴⁵;

Estes foram alguns dos motivos que teriam favorecido a escolha das terras de Itatiaia para abrigar o primeiro parque nacional do Brasil e ajudado a compor o cenário de sua

¹⁴⁴ FREITAS, Frederico Santos Soares de. The Organic Territory: The Vargas Regime and the Environmental Legislation Boom in Brazil, 1930-1945. Paper presented at the Second World Congress of Environmental History. Panel: "Facist and Pseudo-facist Regimes and Nature. A Global Perspective", 12/07/2014.

¹⁴⁵ Decreto nº 1713 de 1937. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

criação: a localização privilegiada numa região de especial interesse do governo e de indústria turística em desenvolvimento, terras que já pertenciam a União e estavam sob o domínio administrativo do governo federal e a existência de uma estrutura material e institucional que permitiria economia aos cofres públicos. Contudo, a criação de parques nacionais era na ocasião uma forte expressão do movimento conservacionista no Brasil e atendia a demanda dos cientistas que eram um grupo politicamente forte e atuante no governo. Neste sentido a opção pelas terras de Itatiaia ganhava ainda mais força, pois era de longa data que esta despertava o interesse de naturalistas que, inclusive, advogavam a urgência de sua proteção.

Cientistas nacionais e estrangeiros, instituições como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu Nacional, todos realizavam pesquisas nas terras da Estação Biológica. Por outro lado, estes homens de ciência, como Paulo Campos Porto, que tinham grande interesse na região faziam parte do governo. Ocupavam cargos públicos de grande expressão por vezes relacionados às instituições científicas às quais estavam atrelados e que eram chamadas a participar do projeto político de nação que se buscava implantar. Seria uma nação forte, parte do “concerto das nações civilizadas”, na qual a ciência ocupava um papel importante de prestar auxílio técnico e racional aos projetos e planos do governo.

As justificativas baseadas na importância científica da região aparecem não só no decreto de criação do parque, mas praticamente em todos os discursos por meio dos quais esta é noticiada, discutida ou apenas mencionada. Não existem indícios de que o apelo científico tenha sido tão forte na criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e no Parque Nacional do Iguaçu, inaugurados cerca de dois anos depois do PNI. Contudo, a importância científica dos aspectos naturais que compõem uma região é um forte argumento para sua transformação em parque nacional e este modelo de área protegida amplamente destinada à realização de estudos, como ocorreu em Itatiaia, serviu de inspiração para outros parques nacionais brasileiros.

Célia Maria de Toledo Serrano afirma que os argumentos em favor da criação do PNI, apoiados em sua relevância científica, seguem uma linha um pouco diferente da adotada nos debates em prol da criação dos primeiros parques nacionais nos EUA. Lá, ao menos no princípio, a questão da importância científica estava ausente na discussão. Na argumentação empregada no contexto norte-americano predominava a sensibilidade e a reverência à monumentalidade de certos lugares da natureza¹⁴⁶. Uma reportagem do *Correio da Manhã*, publicada próxima a data da inauguração do PNI, também registrou esta distinção afirmando

¹⁴⁶ SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*, op.cit., 1993, pág. 146.

que o parque brasileiro tinha fins “essencialmente científicos” diferentemente dos parques nacionais estrangeiros que possuíam “mais finalidades turísticas do que científicas”¹⁴⁷.

Embora sublinhe o peso do aspecto científico na criação do PNI, Serrano afirma que o interesse do governo federal em Itatiaia não se dava apenas em função de seus atributos biológicos ou de lazer. Em sua pesquisa, a autora teve acesso a histórias preservadas pela tradição oral sobre os primeiros tempos do parque nacional que dão conta de uma função estratégica atribuída à localidade durante o movimento constitucionalista de 1932. O planalto teria servido de posto de observação do movimento das tropas paulistas no Vale do Paraíba. Segundo ela, estes relatos contam também que a abertura de uma estrada dando acesso ao planalto teria se dado em função de um possível plano de fuga de Vargas, envolvendo uma barragem construída no Brejo da Lapa para pouso de hidroaviões. Serrano não confirma categoricamente estas informações por falta de fontes, mas a elas acrescenta a existência de evidências como as ruínas da barragem e o testemunho de pessoas que participaram da construção da estrada¹⁴⁸.

Por fim, mas não menos importante, um outro aspecto da criação do PNI é a importância simbólica que teve para o governo de Getúlio Vargas. Seguindo a praxe do Governo Varguista a inauguração do parque nacional, poucos meses antes do golpe de 37, foi realizada com muita pompa. Acompanhado de numerosa comitiva da qual participaram ministros de Estado e outras autoridades, Vargas festejou um grande feito de seu governo que era a tão almejada criação do primeiro parque nacional brasileiro, seguindo o exemplo de muitos outros países que o antecederam. A cerimônia foi marcada por discursos, atos simbólicos como a colocação da pedra inaugural do PNI e a utilização excessiva de expressões que reafirmavam a grandeza do feito e de um governo “de realizações excepcionais que tiveram que esperar por Vargas para acontecerem”. O Governo Varguista “dificilmente seria igualado e jamais seria excedido”¹⁴⁹. Abaixo segue um trecho do discurso do Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura, no ato inaugural do PNI e que ilustra bem nossas afirmações:

Tantas vezes benemérito, pela administração que V. Excia. tem realizado, Sr. Presidente, cabe-lhe, por acréscimo, neste instante, o privilégio sem par de instituir o primeiro de nossos parques nacionais. Um olhar em derredor e para as alturas das Agulhas Negras, basta para nos convencer que

¹⁴⁷ *Correio da Manhã*, 16 de junho de 1937, pág.3.

¹⁴⁸ SERRANO, Célia Maria de Toledo. A invenção do Itatiaia, op.cit., 1993, pág.153.

¹⁴⁹ *Minas Gerais*- Belo Horizonte- MG- 17/07/37.

o Parque de Itatiaia faz honra aos dos Estados Unidos, do Canadá, da Índia e da Nova Zelândia, até aqui considerados de maior formosura e valia. A posteridade agradecida, que lhe há de conferir, Sr. Getúlio Vargas, um lugar separado entre os altíssimos padrões de governo do país, fará de certo do ato de sua criação uma das agulhas culminantes da cordilheira de eminências da sua obra imorredoura¹⁵⁰.

Havia um fato que colaborava ainda mais para reforçar o aspecto simbólico da criação do PNI e fortalecer as representações glorificantes da escolha daquelas terras: as Agulhas Negras, uma das montanhas da Serra da Mantiqueira e situada dentro dos limites do parque era considerada em 1937 o ponto mais alto do Brasil. Sendo assim, o primeiro parque nacional brasileiro não foi instalado numa região qualquer. Inaugurado pelo maior presidente que o país tivera, além de toda a sua grandeza natural, ocupava o ponto culminante do país. A inauguração ocorreu em um momento propício porque, desde que tomou o poder em 1930, Getúlio Vargas liderou um movimento de centralização político-administrativa que incluía a construção do imaginário nacionalista de modo muito semelhante ao fascismo europeu. Era exaltado o Brasil Grande, a Pátria mãe, a raça forte e a natureza exuberante¹⁵¹. As narrativas sobre a criação do primeiro parque nacional do país colaboraram com a construção deste imaginário de super nação. Durante a Era Vargas, principalmente a partir do Estado Novo, era forte o entrelaçamento da política com ações simbólicas. Ocorria um “espetáculo do poder” através do qual a produção de imagens, a manipulação de símbolos e o quadro cerimonial se relacionavam com o imaginário coletivo. Assim, símbolos, como o primeiro parque nacional brasileiro no ponto culminante do país, estimulavam a produção de sentimentos favoráveis ao regime e a ideia de que este construiria um Brasil novo e próspero¹⁵².

*Este trabalho é fruto de tese de doutorado defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/COC-Fiocruz e intitulada: Proteção do Patrimônio Natural Brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). Esta pesquisa contou com o financiamento da Capes por meio de uma bolsa de doutorado.

¹⁵⁰ Minas Gerais- Belo Horizonte- MG- 17/07/37.

¹⁵¹ BARCELLOS, Marcos Cotrim. *História Breve de Itatiaia*. 1. ed. Itatiaia - RJ: Instituto Campo Bello, 2014. v. 1., pág.61.

¹⁵² CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. *Rev. Bras. de Hist.*, v.16, nº 31 e 32, págs. 328-352, 1996.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Legislação

Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro 1937, art. 134. Acessado em 22/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://bd.camara.gov.br>

Decreto-lei nº 12.629 de 31 de dezembro de 1942, art.9. Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial do Estado da Bahia, 3 de janeiro de 1943, Atos do Poder Executivo.

Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon>. Consultado em 08/2011.

Relatórios Ministeriais

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1922, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000005.html>

Brasil. Ministério da Agricultura. Ministro Juarez Távora. O Ministério da Agricultura na vigência do Governo Provisório. Ano 1930-1933. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2012/>

Brasil. Ministério da Agricultura. Ministro Apolonio Jorge F. Salles. Relatório apresentado ao Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Ministro de Estado. Ano 1930-1944. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2013/>

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1919, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Ildefonso Simões Lopes, pág.44. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2016/000001.html>. Acessado em 29/09/2015.

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág.67. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000073.html>. Acessado em 29/09/2015.

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1925, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000073.html>. Acessado em 29/09/2015, pág. 331.

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1927, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Geminiano Lyra Castro, pág.90. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2023/000001.html>. Acessado em 29/09/2015.

Reportagens em periódicos

Um bronze no Jardim Botânico- O 40 aniversário de serviço público de Campos Porto. *Correio da Manhã*, 13/10/1954.

Vive no JB desde os oito meses de idade. *A Noite* - Rio de Janeiro- 16/01/1954.

Plantará dos gajos de ipe em el jardín de La Paz Platense - Em el Brasil es arbol de tradición. *Crítica*- Buenos Aires- 15/11/1936.

Completoou ontem 40 anos de serviço público o diretor do Jardim Botânico. *Correio da Manhã*- 20/01/1954.

Correio da Manhã- 30/01/1959.

Diário Municipal- Câmara do Distrito Federal- 19/04/1960.

Campos Porto agraciado com comenda da Ordem Leopoldo II. *Correio da Manhã*- 18/07/1959.

A direção do Jardim Botânico- uma ansiedade legítima. *O Globo*- Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1939.

Simple Seção do Serviço Florestal- Consequência inesperada de um lamentável desentendimento- Uma diminuição para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *O Imparcial*, 4 de agosto de 1939.

Jornal do Comércio, 12 de março de 1940.

Uma entrevista do Sr. Odilon Braga a “El Debate”. *O Jornal*, 27 de agosto de 1935.

A tarde, 8 de maio de 1943.

Estado da Bahia, 29 de abril de 1943.

A Tarde, 4 de maio de 1943.

Estado da Bahia, 19 de abril de 1943.

Diário da Noite- 12/10/1931.

II Congresso Sul-Americano de Botânica- Viajarão para a Argentina dois delegados do Brasil. *O Globo*, 20 de setembro de 1948.

Cinco mil novos espécimes vegetais para o Jardim Botânico- Plantas de todas as partes do globo, entre as quais vegetais carnívoro procedentes da Alemanha- Intercâmbio - *Correio da Manhã*, 21/02/ 1954.

Enriquecem-se as coleções do Jardim Botânico- Novas espécies vegetais chegam àquele parque- Atividades científicas e intercâmbio com instituições congêneres- *Diário de Notícias*, 21/03/1954.

Pesquisa científica morre lenta no Jardim Botânico. *Diário de Notícias*, 07/02/61.

Pesquisadores querem novo diretor no Jardim Botânico. *A Noite*, 15/02/61.

A Estação Biológica de Itatiaia. *O Jornal*, 9/10/1929.

Foi instalada a Estação Biológica do Itatiaia- A excursão do Sr. Presidente da República. *Jornal do Brasil*, 16/07/1929.

Folha do Norte- Belém- PA- 21/04/1937.

O Dia- Curitiba- PR- 01/07/1937.

Gazeta de Notícias- Fortaleza- CE- 17/07/1937.

Estado de Minas - Belo Horizonte - MG - 10/12/1937.

Gazeta Comercial - Juiz de Fora – MG -12/12/1937.

Jornal do Brasil- RJ- 10/12/1937.

Estado de Minas - Belo Horizonte- MG – 10/12/1937.

Correio da Manhã- RJ – 8/03/1938.

Diário da Noite- RJ- 28/03/1938.

Diário de Notícias- RJ – 30/03/1938.

Correio da Manhã- RJ- 11/05/1938.

O Radical- Rio de Janeiro- 8 de dezembro de 1938.

Correio da Manhã, 16 de junho de 1937.

Minas Gerais- Belo Horizonte- MG- 17/07/1937.

Diário da noite- RJ, 26/03/1934.

O Globo, 28/03/1934.

O Globo, 27/03/1934.

Vanguarda, RJ – 29/10/1935.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 25/03/1936.

A nação, Rio de Janeiro, 28/03/1936.

Periódicos

Diário Oficial da União- 22/10/1938- Pág.21273.

Diário Oficial da União- 15/02/1943- Seção 1.

Rodriguésia (1935-1971)

Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1915-1933)

Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal (1933-1938)

Boletim do Ministério da Agricultura (1915-1939)

Artigos científicos:

PORTO, Paulo Campos. Plantas indígenas e exóticas provenientes da Amazônia, cultivadas no Jardim botânico do Rio de Janeiro. *Rodriguésia*, ano II, N.5, junho-setembro de 1936, pág.93.

PORTO, Paulo Campos. Contribuição para o conhecimento da flora orchidacea da Serra do Itatiaia. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, 1915, Rio de Janeiro, p. 105-126.

PORTO, Paulo Campos. Um caso de hibridação natural. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, n. 2, 1918, Rio de Janeiro, pág. 65.

PORTO, Paulo Campos. Uma octomeria nova, *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, v. 3, 1922, Rio de Janeiro, pág.287.

KUHLMANN, João Geraldo, PORTO, Paulo Campos. Contribuição para a flora do Itatiaia. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, vol.VI, janeiro de 1933, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, pág. 113.

Documentos administrativos (correspondências, ofícios, atas de reuniões, relatórios, etc)

Correspondências e documentos administrativos. Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia- Seção de Arquivo Republicano- Documentação da Secretaria da Agricultura.

Folha de frequência da Estação Biológica de Itatiaia- 1941. Documento consultado no Parque Nacional de Itatiaia.

Proposta e carta apresentada por Joviano Miranda para o fornecimento de madeira para construção de ponte. Datas: 15-07-1927/29-07-1927. Documento consultado no Parque Nacional de Itatiaia.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Regulamento concernente à polícia e conservação das águas, flora e fauna da Estação Biológica do Itatiaia. Portaria de 2 de março de 1929. Documento consultado na Biblioteca do Parque Nacional de Itatiaia.

Documentos diversos

Almanaque do Pessoal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Tomo VII(1929). Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1931.

Fontes digitais:

Verbetes Alberto Löfgren. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Consultado em 11/06/2017 em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/lofgalb.htm>

<http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/destaques-e-eventos/114-mutirao-para-a-recuperacao-do-abrigo-macieiras.html>

<http://plants.jstor.org/stable/history/10.5555/al.ap.person.bm000033133>

<http://www.pwrc.usgs.gov/resshow/perry/bios/holternest.htm>

http://www.amigosdoitatiaia.org.br/nucleo_colonial_itatiaya.htm, endereço eletrônico acessado em 29/03/2011.

<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2013/12/livro-traz-informacoes-sobre-parques-nacionais-do-rj>

<http://www.icmbio.gov.br/parnajurubatiba/>

<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/188-parque-nacional-do-itatiaia>. Acessado em 02/02/2016.

Bibliografia:

- ABREU, Marcelo de Paiva. Principais mudanças e inovações na política econômica entre 1930 e 1937. In.:Szmrecsányi, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004.
- _____. 1990. “Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945”. In: Abreu, Marcelo P. *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus.
- ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)*./ Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.
- ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2010.
- BARCELLOS, Marcos Cotrim de. São José do Campo Bello - *Povoamento e Pecuária* [Série Origens]. 1. ed. Itatiaia, RJ: Instituto Campo Bello, 2012. v. 1. 135p.
- _____. *Centenário de A Fazenda Moderna: edição comemorativa 1913-2013*, Itatiaia: Instituto Campo Bello, 2013.
- _____. *História Breve de Itatiaia*. 1. ed. Itatiaia - RJ: Instituto Campo Bello, 2014. v. 1.
- BAUMANN, Eneida Santana. *O Arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea*. Dissertação de Mestrado (Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2011.
- CAMARGO, Áspasia. “A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política” In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1988
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. *Rev. Bras. de Hist*, vol.16, ns.31 e32, pp.328-352, São Paulo, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas e política. 1930-1945”. *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1988.
- CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

- CORREA FILHO, Virgílio. Alberto Löfgren. *Revista Brasileira de Geografia*, v.12, n.2, abril-junho de 1950, p.288-290.
- CORREA, Marcos Sá. *Itatiaia- O caminho das pedras*. São Paulo: Metalivros, 2003.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.
- D'ARAUJO, Maria Celina (org.), *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Editora FGV, 1999.
- D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *A nova política do Brasil. Vargas, Getúlio, 1883-1954*. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.793 p. – (Série perfis parlamentares ; n. 62).
- DELGADO, Lucília, FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império*. IN: *Espaços da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001;
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.
- FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, vol.3: Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- FONSECA, Cristina Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): Dualidade Institucional de um bem público*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007 (Coleção História e Saúde).
- FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. *História da Conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral*. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015.
- FREITAS, Frederico. *A Park for the borderlands: the creation of the Iguazu National Park in Southern Brazil, 1880-1940*. *Iberoamericana*, v7, n2, p.65-88, 2014.
- _____. *The Organic Territory: The Vargas Regime and the Environmental Legislation Boom in Brazil, 1930-1945*. Paper presented at the Second World Congress of Environmental History. Panel: “Facist and Pseudo-facist Regimes and Nature. A Global Perspective”, 12/07/2014.

- GOMES, Ângela de Castro. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOMES, Angela de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999
- HEIZER, Alda. O Jardim Botânico de Barbosa Rodrigues na Exposição Nacional de 1908. Fênix (Uberlândia), V.4, p.03-16, 2007.
- _____. Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-1923. Caminhos, Comunicações e Ciências. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v.15, n.3, p.849-864, 2008.
- HOLT, E.G. 1928. Ornithology of Serra do Itatiaia, Brazil. *Bull. Amer. Mus. Nat. Hist.*, 57: 251-326.
- IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo. IN.; SZMRECSÁNYI, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004.
- LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;
- LOPES, Hugo de Souza. Hugo de Souza Lopes (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, págs.35 e 36.
- MAYR, Ernest. *Isto é Biologia: A ciência do mundo vivo*. Companhia das Letras, 2008, págs.293 e 294.
- MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. *A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção*. Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano VI, N.9 Janeiro de 2004, Salvador- BA.
- MORI, Scott e FERREIRA, Flora Castaño. A distinguished Brazilian botanist, João Barbosa Rodrigues (1842-1909). *Brittonia*, Nova York, vol.39, n.º.1, pág.73-85.
- NOMURA, Hitoshi. *Vultos da Botânica Brasileira*. 1ª. Ed. Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque, 1992.

- NOGUEIRA, Eliana. *Emergência, institucionalização e estado atual da botânica brasileira: as relações nacionais e internacionais*, Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), São Paulo, Unicamp, 1999.
- OLIVEIRA, Sebastião José de. *A vida profissional de Hugo de Souza Lopes. Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, vol.84, suppl.4, Rio de Janeiro, 1989.
- PEREIRA, Márcio Mota. *A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais*. Dissertação de Mestrado- Centro de Pesquisa e Documentação de história Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013, 149 p.
- RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis ou Breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro: para servir de guia aos visitantes*, 1893. Rio de Janeiro, 1894.
- SÁ, Magali Romero, SÁ, Dominichi Miranda de. *A ecologia do Planalto Central do Brasil: as pesquisas de Henrique Pimenta Veloso nos anos 1940*. In: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*, 1ª.ed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- _____. *O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX*. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, Vol.VIII (suplemento), 899-924, 2001.
- SALGADO, Dilke Barbosa Rodrigues. *Barbosa Rodrigues, uma glória do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945, pág.250.
- SAMPAIO, Alberto José. *Biogeografia Dinâmica*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Coleção Temas Brasileiros, 24. Rio de Janeiro-Brasília: CPDOC/FGV- Universidade de Brasília, 1983.
- SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, 3 ed., Barueri, SP: Manole, 2003.
- SILVA, Sandro Dutra e, TAVARES, Giovana Galvão, SÁ, Dominichi Miranda de, FRANCO, José Luiz de Andrade . *A construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940)*. In: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero.

Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura, 1ª.ed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

SILVA, Filipe Oliveira da. Matas Folheadas: Imprensa, Práticas Letradas e Sociabilidades de Proteção à Natureza na Revista Florestal (1929-1949). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense), Niterói: 2017.

SILVEIRA, Fernando Rodrigues. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rodriguésia, Ano1, N.1, pág.14, 1935.

SZMRECSÁNYI, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). Getúlio Vargas e a economia contemporânea, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004;

VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação autoritária” da República. IN: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*, Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.

WHATELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.